Governo do Estado de São Paulo
605

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ORÇAMENTO E GESTÃO
DEPARTAMENTO DE PERÍCIAS MÉDICAS DO ESTADO

PROCESSO SPOG-PRC-2021/00013
PREGÃO ELETRÔNICO NC n.º 23/2022
CONTRATO n.º 34235-SAAC-00178-2022

TERMO DE CONTRATO, que entre si celebram o celebrado entre o **ESTADO DE SÃO PAULO**, por sua **SECRETARIA DE ORÇAMENTO E GESTÃO**, por meio do **DEPARTAMENTO DE PERÍCIAS MÉDICAS DO ESTADO – DPME** e a empresa **PIRES TECNOLOGIA E SERVIÇOS LTDA.**, tendo por objeto a **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA ELETRÔNICA.**

O **ESTADO DE SÃO PAULO,** por sua **SECRETARIA DE ORÇAMENTO E GESTÃO,** com sede na Avenida Morumbi, 4500, Morumbi, CEP: 05650-905, São Paulo-SP, inscrito no CNPJ sob nº 39.467.292/0001-02, por intermédio do **DEPARTAMENTO DE PERÍCIAS MÉDICAS DO ESTADO - DPME**, com sede na Av. Pref. Passos, S/n - Liberdade, São Paulo - SP, 01517-020, a seguir denominada "**CONTRATANTE",** neste ato representado pela Senhora **BARTYRA CÂMARA GOMES**, Diretora Técnica De Saúde III, portadora do RG nº 16.469.867-X e CPF nº 253.084.738-03, no uso da competência prevista no artigo 14, Inciso I, do Decreto-lei estadual nº 233/70, e, de outro lado, a empresa **PIRES TECNOLOGIA E SERVIÇOS LTDA.**, inscrita no CNPJ sob nº 46.946.173/0001-06, com sede na Av Bartholomeu de Carlos, 675, Apt. 1809, Bloco B - CEP 07097-420 Guarulhos/SP, a seguir denominada "**CONTRATADA**", neste ato representada pela Senhora **MICHELE DE CARVALHO MOREIRA**, Proprietária, portadora do RG nº 41.964.815-X e CPF nº 359.054.068-04, em face da adjudicação efetuada no Pregão Eletrônico indicado em epígrafe, celebram o presente **TERMO DE CONTRATO**, sujeitando-se às disposições previstas na Lei Federal nº 10.520/2002, no Decreto Estadual nº 49.722/2005 e no regulamento anexo à Resolução CC-27, de 25 de maio de 2006, aplicando-se, subsidiariamente, no que couberem, as disposições da Lei Federal nº 8.666/1993, do Decreto Estadual nº 47.297/2002, do regulamento anexo à Resolução CEGP-10, de 19 de novembro de 2002, e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie, mediante as seguintes cláusulas e condições que reciprocamente outorgam e aceitam:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
Constitui objeto do presente instrumento a **PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA ELETRÔNICA,** conforme detalhamento e especificações técnicas constantes do Termo de Referência, da proposta da CONTRATADA e demais documentos constantes do processo administrativo em epígrafe.

PARÁGRAFO PRIMEIRO
O objeto contratual executado deverá atingir o fim a que se destina, com eficácia e qualidade requeridas.

PARÁGRAFO SEGUNDO
O regime de execução deste contrato é o de empreitada por preço unitário.

PARÁGRAFO TERCEIRO
O presente contrato será regido pela Lei Federal nº 10.520/2002 e pelas normas mencionadas no preâmbulo durante toda a sua vigência, nos termos do parágrafo único do artigo 191 c/c o inciso II do artigo 193 da Lei Federal nº 14.133/2021.

SFPCAP20221264977A

Autenticado com senha por CLEYTON FELIX FERREIRA - DIRETOR TÉCNICO DE SERVIÇO DA FAZENDA ESTADUAL / 97826 - 01/12/2022 às 15:56:00.
Documento Nº: 58878336-7588 - consulta à autenticidade em
https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=58878336-7588

SIGA

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ORÇAMENTO E GESTÃO
DEPARTAMENTO DE PERÍCIAS MÉDICAS DO ESTADO

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS
A execução do objeto contratado deverá ter início em 10 (dez) dias úteis a contar da data de expedição de ordem de serviços, nos locais indicados no Termo de Referência, correndo por conta da CONTRATADA todas as despesas decorrentes e necessárias à sua plena e adequada execução, em especial as atinentes a seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA E DAS PRORROGAÇÕES
O contrato terá vigência de **30 (trinta) meses**, a contar da data estabelecida para início dos serviços.

PARÁGRAFO PRIMEIRO
O prazo de vigência poderá ser prorrogado por sucessivos períodos, iguais ou inferiores, a critério da CONTRATANTE, até o limite de **60 (sessenta) meses**, nos termos e condições permitidos pela legislação vigente.

PARÁGRAFO SEGUNDO
A CONTRATADA poderá se opor à prorrogação de que trata o parágrafo anterior, desde que o faça mediante documento escrito, recepcionado pelo CONTRATANTE em até **90 (noventa) dias** antes do vencimento do contrato ou de cada uma das prorrogações do prazo de vigência.

PARÁGRAFO TERCEIRO
Eventuais prorrogações serão formalizadas mediante celebração dos respectivos termos de aditamento ao contrato, respeitadas as condições prescritas na Lei Federal nº 8.666/1993.

PARÁGRAFO QUARTO
A não prorrogação do prazo de vigência contratual por conveniência da CONTRATANTE não gerará à CONTRATADA direito a qualquer espécie de indenização.

PARÁGRAFO QUINTO
Dentre outras exigências, a prorrogação somente será formalizada caso os preços mantenham-se vantajosos para o CONTRATANTE e consistentes com o mercado, conforme pesquisa a ser realizada à época do aditamento pretendido.

PARÁGRAFO SEXTO
Não obstante o prazo estipulado no *caput*, a vigência nos exercícios subsequentes ao da celebração do contrato estará sujeita à condição resolutiva, consubstanciada esta na inexistência de recursos aprovados nas respectivas Leis Orçamentárias de cada exercício para atender as respectivas despesas.

PARÁGRAFO SÉTIMO
Ocorrendo a resolução do contrato, com base na condição estipulada no Parágrafo Sexto desta Cláusula, a CONTRATADA não terá direito a qualquer espécie de indenização.

PARÁGRAFO OITAVO
Por ocasião da formalização da prorrogação contratual, o CONTRATANTE aplicará aos preços unitários correspondentes a cada item de serviço os percentuais de desconto previstos no Volume 13 do CADTERC à época da contratação e que se encontram reproduzidos na tabela abaixo:

SFPCAP20221264977A

Autenticado com senha por CLEYTON FELIX FERREIRA - DIRETOR TÉCNICO DE SERVIÇO DA FAZENDA ESTADUAL / 97826 - 01/12/2022 às 15:56:00.
Documento Nº: 58878336-7588 - consulta à autenticidade em
https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=58878336-7588

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ORÇAMENTO E GESTÃO
DEPARTAMENTO DE PERÍCIAS MÉDICAS DO ESTADO

Subgrupo	Código do Serviço	Serviços	Desconto Obrigatório
I. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONTROLE DE ACESSO - CATRACAS			
Locação de Catracas	I.1.1.02.L	02 (duas) catracas pedestal com leitores de proximidade com cofre coletor de cartões para visitantes	5,86%
	I.1.1.07.L	Portinhola de acesso para cadeirantes e fechamentos	7,00%
I.4 - PRESTAÇÃO DE CONTROLE DE ACESSO – CARTÕES			
Locação de Cartões	I.4.1.01.L	400 cartões de acesso	56,54%
I.5 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONTROLE DE FUNCIONÁRIOS/VISITANTES			
Locação de Dispositivos de Controle	I.5.1.01.L	01 (uma) estação de trabalho para cadastro de funcionários/visitantes	2,08%
I.6 - PRESTAÇÃO DE CENTRAL/SERVIDOR DE CONTROLE DE ACESSO			
Locação de Central de acesso e software	I.6.1.01.L	01 (um) servidor para software de controle de acesso	1,45%
	I.6.1.02.L	01 (um) software de controle de acesso	3,12%
II.3 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LOCAÇÃO DE CENTRAL DE MONITORAMENTO LOCAL – SISTEMA/IP			
Locação de central de monitoramento local – Sistema/IP	II.3.1.01.L	NVR Base PC	2,11%
Locação de software e licenças de gerenciamento de imagens para sistema IP de CFTV	II.3.2.01.L	Software de visualização, gravação e gerenciamento de 8 câmeras	10,50%
	II.3.2.02.L	Licença/pak – expansão para visualização, gravação e gerenciamento de 8 câmeras	22,23%
II.4 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE CENTRAL DE MONITORAMENTO REMOTO DE CFTV			
Locação de central de monitoramento remoto de CFTV convencional ou IP	II.4.1.01.L	Central de monitoramento remoto para CFTV	6,35%
II.5 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ACESSÓRIOS, CONVERSORES E DISPOSITIVOS PARA CFTV CONVENCIONAL (DIGITAL) / SISTEMA IP			
Locação de dispositivos de controle de funcionários/visitantes	II.5.1.01.L	01 (uma) TV LCD ou LED 42"	1,62%
	II.5.1.04.L	01 (um) nobreak	4,24%
II.7 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS			
Locação de câmera – IP 1MP	II.7.1.1.L	Câmera dome com IR – lente fixa – IP 1MP	74,13%
	II.7.1.2.L	Câmera bullet com IR – lente fixa – IP 1MP	80,15%
I.8 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUITENÇÃO DE CONTROLE DE ACESSO			
Manutenção de Catracas, Cancelas, Portas e Sistema Base Web	I.8.1.01.M	Manutenção de sistema de controle de acesso – catracas, cancelas e portas	9,52%

SFPCAP20221264977A

Autenticado com senha por CLEYTON FELIX FERREIRA - DIRETOR TÉCNICO DE SERVIÇO DA FAZENDA ESTADUAL / 97826 - 01/12/2022 às 15:56:00.
Documento Nº: 58878336-7588 - consulta à autenticidade em
https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=58878336-7588

Governo do Estado de São Paulo
608

II.10 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE CFTV			
Manutenção de CFTV Convencional, IP e IP-PoE	II.10.1.03.M	Manutenção de sistema de CFTV-IP com 16 câmeras	------

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES E DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

À CONTRATADA, além das obrigações constantes do Termo de Referência, que constitui **Anexo I** do Edital indicado no preâmbulo, e daquelas estabelecidas em lei, em especial as definidas nos diplomas federal e estadual sobre licitações, cabe:

I - zelar pela fiel execução deste contrato, utilizando-se de todos os recursos materiais e humanos necessários;

II – designar o responsável pelo acompanhamento da execução das atividades, em especial da regularidade técnica e disciplinar da atuação da equipe técnica alocada, e pelos contatos com o CONTRATANTE;

III - fornecer à equipe alocada para a execução dos serviços os equipamentos de proteção individual adequados à atividade, o necessário treinamento e fiscalizar sua efetiva utilização;

IV - manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação indicada no preâmbulo deste termo;

V - dar ciência imediata e por escrito ao CONTRATANTE de qualquer anormalidade que verificar na execução dos serviços;

VI - prestar ao CONTRATANTE, por escrito, os esclarecimentos solicitados e atender prontamente as reclamações sobre seus serviços;

VII - responder por quaisquer danos, perdas ou prejuízos causados diretamente ao CONTRATANTE ou a terceiros decorrentes da execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização do CONTRATANTE em seu acompanhamento;

VIII - responder pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e tributários, resultantes da execução deste contrato, nos termos do artigo 71 da Lei Federal n° 8.666/1993;

IX - manter seus profissionais identificados por meio de crachá com fotografia recente;

X - submeter à CONTRATANTE relatório mensal sobre a prestação dos serviços, relatando todos os serviços realizados, eventuais problemas verificados e qualquer fato relevante sobre a execução do objeto contratual;

XI - arcar com despesas decorrentes de infrações de qualquer natureza praticadas por seus empregados durante a execução dos serviços, ainda que no recinto da sede do CONTRATANTE;

XII - apresentar, quando exigido pelo CONTRATANTE, os comprovantes de pagamento dos salários e de quitação das obrigações trabalhistas (inclusive as previstas em Acordos e Convenções Coletivas de Trabalho) e previdenciárias relativas aos empregados da CONTRATADA que atuem ou tenham atuado na prestação de serviços objeto deste contrato;

XIII - identificar todos os equipamentos e materiais de sua propriedade, de forma a não serem confundidos com similares de propriedade do CONTRATANTE;

XIV - obedecer às normas e rotinas do CONTRATANTE, em especial as que disserem respeito à proteção de dados pessoais, à segurança, à guarda, à manutenção e à integridade das informações coletadas, custodiadas, produzidas, recebidas, classificadas, utilizadas, acessadas, reproduzidas, transmitidas, distribuídas, processadas, arquivadas, eliminadas ou avaliadas durante a execução do objeto a que se refere a Cláusula Primeira deste Contrato, observando as normas legais e regulamentares aplicáveis;

SFPCAP20221264977A

Autenticado com senha por CLEYTON FELIX FERREIRA - DIRETOR TÉCNICO DE SERVIÇO DA FAZENDA ESTADUAL / 97826 - 01/12/2022 às 15:56:00.
Documento Nº: 58878336-7588 - consulta à autenticidade em
https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=58878336-7588

XV - guardar sigilo em relação às informações ou documentos de qualquer natureza de que venha a tomar conhecimento, respondendo, administrativa, civil e criminalmente por sua indevida divulgação e incorreta ou inadequada utilização;
XVI - nos casos de importação, a Contratada deverá responsabilizar-se por sua conta e risco, quanto à importação dos bens e produtos, tomando as providências necessárias e pagando as tributações necessárias para a internação legal dos mesmos.

PARÁGRAFO PRIMEIRO
A CONTRATADA não poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, tampouco aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, por conta própria ou por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios de qualquer espécie relacionados de forma direta ou indireta ao objeto deste contrato, o que deve ser observado, ainda, pelos seus prepostos, colaboradores e eventuais subcontratados, caso permitida a subcontratação.

PARÁGRAFO SEGUNDO
Em atendimento à Lei Federal nº 12.846/2013 e ao Decreto Estadual nº 60.106/2014, a CONTRATADA se compromete a conduzir os seus negócios de forma a coibir fraudes, corrupção e quaisquer outros atos lesivos à Administração Pública, nacional ou estrangeira, abstendo-se de práticas como as seguintes:

I – prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público, ou a terceira pessoa a ele relacionada;
II – comprovadamente, financiar, custear, patrocinar ou de qualquer modo subvencionar a prática dos atos ilícitos previstos em Lei;
III – comprovadamente, utilizar-se de interposta pessoa física ou jurídica para ocultar ou dissimular seus reais interesses ou a identidade dos beneficiários dos atos praticados;
IV – no tocante a licitações e contratos:
a) frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público;
b) impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público;
c) afastar ou procurar afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;
d) fraudar licitação pública ou contrato dela decorrente;
e) criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar contrato administrativo;
f) obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais; ou
g) manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública;
V – dificultar atividade de investigação ou fiscalização de órgãos, entidades ou agentes públicos, ou intervir em sua atuação, inclusive no âmbito das agências reguladoras e dos órgãos de fiscalização do sistema financeiro nacional.

PARÁGRAFO TERCEIRO
O descumprimento das obrigações previstas nos Parágrafos Primeiro e Segundo

SFPCAP20221264977A

Autenticado com senha por CLEYTON FELIX FERREIRA - DIRETOR TÉCNICO DE SERVIÇO DA FAZENDA ESTADUAL / 97826 - 01/12/2022 às 15:56:00.
Documento Nº: 58878336-7588 - consulta à autenticidade em
https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=58878336-7588

Governo do Estado de São Paulo
610

desta Cláusula Quarta poderá submeter a CONTRATADA à rescisão unilateral do contrato, a critério da CONTRATANTE, sem prejuízo da aplicação das sanções penais e administrativas cabíveis e, também, da instauração do processo administrativo de responsabilização de que tratam a Lei Federal nº 12.846/2013 e o Decreto Estadual nº 60.106/2014.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES E DAS RESPONSABILIDADES DO CONTRATANTE

Ao CONTRATANTE, além das obrigações constantes do Termo de Referência, que constitui **Anexo I** do Edital indicado no preâmbulo, cabe:

I - exercer a fiscalização dos serviços, designando servidor responsável pelo acompanhamento da execução contratual e, ainda, pelos contatos com a CONTRATADA;

II - fornecer à CONTRATADA todos os dados e informações necessários à execução do objeto do contrato;

III - efetuar os pagamentos devidos, de acordo com o estabelecido neste ajuste;

IV - observar, no tratamento de dados pessoais de profissionais, empregados, prepostos, administradores e/ou sócios da CONTRATADA, a que tenha acesso durante a execução do objeto a que se refere a Cláusula Primeira deste Contrato, as normas legais e regulamentares aplicáveis, em especial, a Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, com suas alterações subsequentes ("Lei Federal nº 13.709/2018").

CLÁUSULA SEXTA - DA FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

O CONTRATANTE exercerá a fiscalização dos serviços contratados por intermédio do gestor do contrato de modo a assegurar o efetivo cumprimento das obrigações ajustadas.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

A fiscalização não exclui e nem reduz a integral responsabilidade da CONTRATADA, mesmo perante terceiros, por quaisquer irregularidades constatadas na prestação dos serviços, inclusive quando resultantes de utilização de pessoal inadequado ou sem a qualificação técnica necessária, inexistindo, em qualquer hipótese, corresponsabilidade por parte do CONTRATANTE.

PARAGRAFO SEGUNDO

A ausência de comunicação, por parte do CONTRATANTE, referente a irregularidades ou falhas, não exime a CONTRATADA do regular cumprimento das obrigações previstas neste contrato e no **Anexo I** do Edital.

CLÁUSULA SÉTIMA - DOS PREÇOS E DO REAJUSTE

A CONTRATADA obriga-se a executar os serviços objeto deste contrato pelo preço mensal de **R$ 1.370,00 (um mil trezentos e setenta reais)**, perfazendo o total de **R$ 41.100,00 (quarenta e um mil e cem reais)**, mediante os seguintes valores unitários:

SFPCAP20221264977A

Autenticado com senha por CLEYTON FELIX FERREIRA - DIRETOR TÉCNICO DE SERVIÇO DA FAZENDA ESTADUAL / 97826 - 01/12/2022 às 15:56:00.
Documento Nº: 58878336-7588 - consulta à autenticidade em
https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=58878336-7588

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ORÇAMENTO E GESTÃO
DEPARTAMENTO DE PERÍCIAS MÉDICAS DO ESTADO

Subgrupo	Código do Serviço		Qtde.	Valor Mensal	Valor Total Mensal
I. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONTROLE DE ACESSO - CATRACAS					
Locação de Catracas	I.1.1.02.L	02 (duas) catracas pedestal com leitores de proximidade com cofre coletor de cartões para visitantes	2	R$ 165.90	R$ 331.80
	I.1.1.07.L	Portinhola de acesso para cadeirantes e fechamentos	1	R$ 25.00	R$ 25.00
I.4 - PRESTAÇÃO DE CONTROLE DE ACESSO – CARTÕES					
Locação de Cartões	I.4.1.01.L	400 cartões de acesso	400	R$ 0.02	R$ 8.00
I.5 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONTROLE DE FUNCIONÁRIOS/VISITANTES					
Locação de Dispositivos de Controle	I.5.1.01.L	01 (uma) estação de trabalho para cadastro de funcionários/visitantes	1	R$ 115.00	R$ 115.00
I.6 - PRESTAÇÃO DE CENTRAL/SERVIDOR DE CONTROLE DE ACESSO					
Locação de Central de acesso e software	I.6.1.01.L	01 (um) servidor para software de controle de acesso	1	R$ 159.00	R$ 159.00
	I.6.1.02.L	01 (um) software de controle de acesso	1	R$ 64.00	R$ 64.00
II.3 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LOCAÇÃO DE CENTRAL DE MONITORAMENTO LOCAL – SISTEMA/IP					
Locação de central de monitoramento local – Sistema/IP	II.3.1.01.L	NVR Base PC	1	R$ 150.00	R$ 150.00
Locação de software e licenças de gerenciamento de imagens para sistema IP de CFTV	II.3.2.01.L	Software de visualização, gravação e gerenciamento de 8 câmeras	1	R$ 29.90	R$ 29.90
	II.3.2.02.L	Licença/pak – expansão para visualização, gravação e gerenciamento de 8 câmeras	1	R$ 10.10	R$ 10.10
II.4 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE CENTRAL DE MONITORAMENTO REMOTO DE CFTV					
Locação de central de monitoramento remoto de CFTV convencional ou IP	II.4.1.01.L	Central de monitoramento remoto para CFTV	1	R$ 150.00	R$ 150.00
II.5 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ACESSÓRIOS, CONVERSORES E DISPOSITIVOS PARA CFTV CONVENCIONAL (DIGITAL) / SISTEMA IP					
Locação de dispositivos de controle de funcionários/visitantes	II.5.1.01.L	01 (uma) TV LCD ou LED 42"	1	R$ 35.00	R$ 35.00
	II.5.1.04.L	01 (um) nobreak	1	R$ 13.00	R$ 13.00
II.7 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS					
Locação de câmera – IP 1MP	II.7.1.1.L	Câmera dome com IR – lente fixa – IP 1MP	5	R$ 4.90	R$ 24.50
	II.7.1.2.L	Câmera bullet com IR – lente fixa – IP 1MP	1	R$ 3.90	R$ 3.90
I.8 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUITENÇÃO DE CONTROLE DE ACESSO					
Manutenção de Catracas, Cancelas, Portas e Sistema Base Web	I.8.1.01.M	Manutenção de sistema de controle de acesso – catracas, cancelas e portas	1	R$ 120.80	R$ 120.80
II.10 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE CFTV					
Manutenção de CFTV Convencional, IP e IP-PoE	II.10.1.03.M	Manutenção de sistema de CFTV-IP com 16 câmeras	1	R$ 130.00	R$ 130.00

TOTAL MENSAL	R$ 1.370,00
TOTAL CONTRATUAL 30 (TRINTA) MESES	R$ 41.100,00

PARÁGRAFO PRIMEIRO

Nos preços acima estão incluídos, além do lucro, todas as despesas e custos diretos e indiretos relacionados à prestação dos serviços, tais como tributos, remunerações, despesas financeiras e quaisquer outras necessárias ao cumprimento do objeto desta licitação, inclusive gastos com transporte.

SFPCAP20221264977A

Autenticado com senha por CLEYTON FELIX FERREIRA - DIRETOR TÉCNICO DE SERVIÇO DA FAZENDA ESTADUAL / 97826 - 01/12/2022 às 15:56:00.
Documento Nº: 58878336-7588 - consulta à autenticidade em
https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=58878336-7588

Governo do Estado de São Paulo
612

PARÁGRAFO SEGUNDO
Caso a CONTRATADA seja optante pelo Simples Nacional e, por causa superveniente à contratação, perca as condições de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte ou, ainda, torne-se impedida de beneficiar-se desse regime tributário diferenciado por incorrer em alguma das vedações previstas na Lei Complementar Federal nº 123/2006, não poderá deixar de cumprir as obrigações avençadas perante a Administração, tampouco requerer o reequilíbrio econômico-financeiro, com base na alegação de que a sua proposta levou em consideração as vantagens daquele regime tributário diferenciado.

PARÁGRAFO TERCEIRO
Os preços a que se refere o *caput* serão reajustados anualmente, mediante a aplicação da seguinte fórmula paramétrica:

$$R = P_0 \left[\left(\frac{IPC}{IPC_0} - 1 \right) \right]$$

Onde:
- *R = parcela de reajuste;*
- *P0 = preço inicial do contrato no mês de referência dos preços ou preço do contrato no mês de aplicação do último reajuste;*
- *IPC/IPC0 = variação do IPC FIPE - Índice de Preço ao Consumidor, ocorrida entre o mês de referência de preços, ou o mês do último reajuste aplicado, e o mês de aplicação do reajuste.*

PARÁGRAFO QUARTO
A periodicidade anual de que trata o Parágrafo Terceiro será contada a partir de janeiro/2021, que será considerado como o mês de referência dos preços.

CLAUSULA OITAVA –DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS
No presente exercício as despesas decorrentes desta contratação irão onerar no Programa de Trabalho 04331202759710000, Natureza de Despesa 339039, Fonte de Recurso 001001001, Unidade Gestora 530110 – DPME.

PARAGRÁFO ÚNICO
No(s) exercício(s) seguinte(s), correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

CLÁUSULA NONA - DAS MEDIÇÕES DOS SERVIÇOS CONTRATADOS
Após o término de cada período mensal, a CONTRATADA elaborará relatório contendo os quantitativos totais mensais de cada um dos tipos de serviços efetivamente realizados.

PARÁGRAFO PRIMEIRO
As medições, para efeito de pagamento, serão realizadas de acordo com os seguintes procedimentos:
I) Até o primeiro dia útil subsequente ao mês em que foram prestados os serviços, a CONTRATADA entregará relatório contendo os quantitativos totais mensais de cada um dos tipos de serviços realizados e os respectivos valores apurados.

SFPCAP20221264977A

Autenticado com senha por CLEYTON FELIX FERREIRA - DIRETOR TÉCNICO DE SERVIÇO DA FAZENDA ESTADUAL / 97826 - 01/12/2022 às 15:56:00.
Documento Nº: 58878336-7588 - consulta à autenticidade em
https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=58878336-7588

Governo do Estado de São Paulo
613

II) O CONTRATANTE solicitará à CONTRATADA, na hipótese de glosas e/ou incorreções de valores, a correspondente retificação objetivando a emissão da nota fiscal/fatura.

III) Serão considerados somente os serviços efetivamente executados e apurados da seguinte forma:

a) O valor dos pagamentos será obtido mediante a aplicação dos preços unitários contratados às correspondentes quantidades de serviços efetivamente executados, suprimidas as importâncias relativas às quantidades de serviços não aceitas e glosadas pelo CONTRATANTE por motivos imputáveis à CONTRATADA, aplicando-se eventual desconto nas faturas mensais em função da pontuação final obtida no Relatório de Avaliação de Qualidade dos Serviços.

b) Os critérios, conceitos e itens que serão objeto de avaliação mensal estão descritos no **Anexo VI** do Edital que deu base ao certame licitatório.

c) No final de cada mês de apuração, a equipe do CONTRATANTE responsável pela fiscalização do contrato deve encaminhar, em até 05 (cinco) dias após o fechamento das medições, os Formulários de Avaliação da Qualidade dos Serviços gerados no período para o gestor do contrato.

d) O gestor do contrato, com base em todos os Formulários de Avaliação da Qualidade dos Serviços gerados durante cada período, irá consolidar a avaliação de desempenho da CONTRATADA frente ao contrato firmado para apurar o percentual de liberação da fatura correspondente àquele mês.

e) À CONTRATADA será encaminhada uma via do Relatório de Avaliação da Qualidade dos Serviços pelo gestor do contrato.

f) A realização dos descontos indicados na alínea "a" não prejudica a aplicação de sanções à CONTRATADA, em razão do inadimplemento total ou parcial do objeto do contrato.

IV) A execução do item "Itens de Prevenção à COVID-19" para posto de serviço de monitoramento local de CFTV – Vigilante desarmado observará a disciplina estabelecida nos itens 6.5 e 6.5.1 a 6.5.5 do Anexo I.1 do Edital mencionado no preâmbulo.

PARÁGRAFO SEGUNDO

Após a conferência dos quantitativos e valores apresentados, a CONTRATANTE atestará a medição mensal, no prazo de 03 (três) dias úteis contados do recebimento do relatório, comunicando à CONTRATADA o valor aprovado e autorizando a emissão da correspondente nota fiscal/fatura, a ser apresentada no primeiro dia subsequente à comunicação dos valores aprovados.

CLÁUSULA DÉCIMA - DOS PAGAMENTOS

Os pagamentos serão efetuados mensalmente, mediante a apresentação dos originais da nota fiscal/fatura ao **protocolo do CONTRATANTE**, em conformidade com a Cláusula Nona deste instrumento.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

Os pagamentos serão realizados mediante depósito na conta corrente bancária em nome da CONTRATADA no Banco do Brasil S/A, de acordo com as seguintes condições:

I - em 30 (trinta) dias, contados da data de entrega da nota fiscal/fatura, ou de sua reapresentação em caso de incorreções, na forma e local previstos nesta Cláusula.

II - A discriminação dos valores dos serviços deverá ser reproduzida na nota fiscal/fatura apresentada para efeito de pagamento.

SFPCAP20221264977A

Autenticado com senha por CLEYTON FELIX FERREIRA - DIRETOR TÉCNICO DE SERVIÇO DA FAZENDA ESTADUAL / 97826 - 01/12/2022 às 15:56:00.
Documento Nº: 58878336-7588 - consulta à autenticidade em
https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=58878336-7588

PARÁGRAFO SEGUNDO
Havendo atraso nos pagamentos, incidirá correção monetária sobre o valor devido na forma da legislação aplicável, bem como juros moratórios, a razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis*, em relação ao atraso verificado.

PARÁGRAFO TERCEIRO
Constitui condição para a realização dos pagamentos a inexistência de registros em nome da CONTRATADA no "Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais – CADIN ESTADUAL", o qual deverá ser consultado por ocasião da realização de cada pagamento. O cumprimento desta condição poderá se dar pela comprovação, pela CONTRATADA, de que os registros estão suspensos, nos termos do artigo 8º da Lei Estadual nº 12.799/2008.

PARAGRAFO QUARTO
A CONTRATANTE poderá, por ocasião do pagamento, efetuar a retenção de tributos determinada por lei, ainda que não haja indicação de retenção na nota fiscal apresentada ou que se refira a retenções não realizadas em meses anteriores.

PARÁGRAFO QUINTO
O recolhimento do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN deverá ser feito em consonância com o artigo 3º e demais disposições da Lei Complementar Federal nº 116/2003, e respeitando as seguintes determinações:
I - Quando da celebração do contrato, a CONTRATADA deverá indicar a legislação municipal aplicável aos serviços por ela prestados, relativamente ao ISSQN, esclarecendo, expressamente, sobre a eventual necessidade de retenção do tributo, pelo tomador dos serviços;
II - Caso se mostre exigível, à luz da legislação municipal, a retenção do ISSQN pelo tomador dos serviços:
a) O CONTRATANTE, na qualidade de responsável tributário, deverá reter a quantia correspondente do valor da nota-fiscal, fatura, recibo ou documento de cobrança equivalente apresentada e recolher a respectiva importância em nome da CONTRATADA no prazo previsto na legislação municipal.
b) Para tanto, a CONTRATADA deverá destacar o valor da retenção, a título de "RETENÇÃO PARA O ISS" ao emitir a nota fiscal, fatura, recibo ou documento de cobrança equivalente. Considera-se preço do serviço a receita bruta a ele correspondente, sem nenhuma dedução.
III - Caso, por outro lado, não haja previsão de retenção do ISSQN pelo tomador dos serviços:
a) A CONTRATADA deverá apresentar declaração da Municipalidade competente com a indicação de sua data-limite de recolhimento ou, se for o caso, da condição de isenção;
b) Mensalmente a CONTRATADA deverá apresentar comprovante de recolhimento do ISSQN por meio de cópias autenticadas das guias correspondentes ao serviço executado e deverá estar referenciado à data de emissão da nota fiscal, fatura ou documento de cobrança equivalente;
c) Caso, por ocasião da apresentação da nota fiscal, da fatura ou do documento de cobrança equivalente, não haja decorrido o prazo legal para recolhimento do ISSQN, poderão ser apresentadas cópias das guias de recolhimento referentes ao mês imediatamente anterior, devendo a CONTRATADA apresentar a documentação devida quando do vencimento do prazo legal para o recolhimento.
d) a não apresentação dessas comprovações assegura ao CONTRATANTE o direito de sustar o pagamento respectivo e/ou os pagamentos seguintes.

SFPCAP20221264977A

Autenticado com senha por CLEYTON FELIX FERREIRA - DIRETOR TÉCNICO DE SERVIÇO DA FAZENDA ESTADUAL / 97826 - 01/12/2022 às 15:56:00.
Documento Nº: 58878336-7588 - consulta à autenticidade em
https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=58878336-7588

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ORÇAMENTO E GESTÃO
DEPARTAMENTO DE PERÍCIAS MÉDICAS DO ESTADO

PARÁGRAFO SEXTO

Por ocasião da apresentação ao CONTRATANTE da nota fiscal, fatura, recibo ou documento de cobrança equivalente, a CONTRATADA deverá fazer prova do recolhimento mensal ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS nos termos da legislação vigente.

I - As comprovações relativas ao FGTS a serem apresentadas deverão corresponder ao período de execução e tomador de serviço.

II - Se por ocasião da apresentação da nota fiscal, da fatura, do recibo ou do documento de cobrança equivalente não houver decorrido o prazo legal para recolhimento do FGTS, poderá ser apresentada cópia da documentação comprobatória do recolhimento referente ao mês imediatamente anterior, devendo a CONTRATADA apresentar a documentação devida quando do vencimento do prazo legal para recolhimento.

III - a não apresentação dessas comprovações assegura ao CONTRATANTE o direito de sustar o pagamento respectivo e/ou os pagamentos seguintes.

PARAGRAFO SÉTIMO

Nos termos do artigo 31 da Lei Federal nº 8.212/1991 e da Instrução Normativa MPS/RFB nº 971, de 13 de novembro de 2009, a CONTRATANTE deverá efetuar a retenção de 11% (onze por cento) do valor bruto da nota fiscal, fatura, recibo ou documento de cobrança equivalente, obrigando-se a recolher a importância retida, em nome da CONTRATADA, até o dia 20 (vinte) do mês subsequente ao da emissão do respectivo documento de cobrança ou, se não houver expediente bancário naquele dia, até o dia útil imediatamente anterior.

I - Quando da emissão da nota fiscal, fatura, recibo ou documento de cobrança equivalente, a CONTRATADA deverá destacar o valor da retenção, a título de "RETENÇÃO PARA A SEGURIDADE SOCIAL", sendo que:

a) poderão ser deduzidos da base de cálculo da retenção, os valores dos custos de fornecimento incorridos pela CONTRATADA a título de vale-transporte e de vale-refeição, nos termos da legislação própria. Tais parcelas deverão estar discriminadas no documento de cobrança.

b) a falta de destaque do valor da retenção no documento de cobrança impossibilitará a CONTRATADA de efetuar sua compensação perante o INSS, ficando a critério do CONTRATANTE proceder à retenção e ao recolhimento devidos sobre o valor bruto do documento de cobrança, ou, em alternativa, devolvê-lo à CONTRATADA.

II - Quando da apresentação do documento de cobrança, a CONTRATADA deverá elaborar e entregar ao CONTRATANTE os seguintes documentos:

a) cópia da folha de pagamento específica para os serviços realizados sob o contrato, identificando o número do contrato, a Unidade que o administra, relacionando respectivamente todos os segurados colocados à disposição desta e informando:

- nome dos segurados;
- cargo ou função;
- remuneração discriminando separadamente as parcelas sujeitas ou não à incidência das contribuições previdenciárias;
- descontos legais;
- quantidade de quotas e valor pago à título de salário-família;
- totalização por rubrica e geral;
- resumo geral consolidado da folha de pagamento; e

b) demonstrativo mensal assinado por seu representante legal, individualizado por CONTRATANTE, com as seguintes informações:

- nome e CNPJ do CONTRATANTE;
- data de emissão do documento de cobrança;

SFPCAP20221264977A

Autenticado com senha por CLEYTON FELIX FERREIRA - DIRETOR TÉCNICO DE SERVIÇO DA FAZENDA ESTADUAL / 97826 - 01/12/2022 às 15:56:00.
Documento Nº: 58878336-7588 - consulta à autenticidade em
https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=58878336-7588

- número do documento de cobrança;
- valor bruto, retenção e valor líquido (recebido) do documento de cobrança.
- totalização dos valores e sua consolidação.

c) os documentos solicitados nas alíneas anteriores deverão ser entregues ao CONTRATANTE na mesma oportunidade da nota fiscal, fatura, recibo ou documento de cobrança equivalente.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA SUBCONTRATAÇÃO, CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

A CONTRATADA não poderá subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto deste ajuste.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA ALTERAÇÃO DA QUANTIDADE DO OBJETO CONTRATADO

A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratadas, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no objeto, a critério exclusivo do CONTRATANTE, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

PARÁGRAFO ÚNICO

Eventual alteração será obrigatoriamente formalizada pela celebração de prévio termo aditivo ao presente instrumento, respeitadas as disposições da Lei Federal nº 8.666/1993.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA RESCISÃO

O contrato poderá ser rescindido, na forma, com as consequências e pelos motivos previstos nos artigos 77 a 80 e 86 a 88, da Lei Federal nº 8.666/1993.

PARÁGRAFO ÚNICO

A CONTRATADA reconhece desde já os direitos do CONTRATANTE nos casos de rescisão administrativa, prevista no artigo 79 da Lei Federal nº 8.666/1993, bem como no artigo 1º, §2º, item 3, do Decreto Estadual nº 55.938/2010, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto Estadual nº 57.159/2011, na hipótese da configuração de trabalho em caráter não eventual por pessoas físicas, com relação de subordinação ou dependência, quando a CONTRATADA for sociedade cooperativa.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

A CONTRATADA ficará impedida de licitar e contratar com a Administração direta e indireta do Estado de São Paulo, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, se vier a praticar quaisquer atos previstos no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal, quando couber.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

A sanção de que trata o *caput* desta Cláusula poderá ser aplicada juntamente com as multas previstas no **Anexo IV** do Edital indicado no preâmbulo deste instrumento, garantido o exercício de prévia e ampla defesa, e deverá ser registrada no CAUFESP, no "Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções", no endereço www.esancoes.sp.gov.br, e também no "Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS", no endereço http://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis.

PARÁGRAFO SEGUNDO

As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.

SFPCAP20221264977A

Autenticado com senha por CLEYTON FELIX FERREIRA - DIRETOR TÉCNICO DE SERVIÇO DA FAZENDA ESTADUAL / 97826 - 01/12/2022 às 15:56:00.
Documento Nº: 58878336-7588 - consulta à autenticidade em
https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=58878336-7588

PARÁGRAFO TERCEIRO
O CONTRATANTE reserva-se no direito de descontar das faturas os valores correspondentes às multas que eventualmente forem aplicadas por descumprimento de cláusulas contratuais, ou, quando for o caso, efetuará a cobrança judicialmente.

PARÁGRAFO QUARTO
A prática de atos que atentem contra o patrimônio público nacional ou estrangeiro, contra princípios da administração pública, ou que de qualquer forma venham a constituir fraude ou corrupção, durante a licitação ou ao longo da execução do contrato, será objeto de instauração de processo administrativo de responsabilização nos termos da Lei Federal nº 12.846/ 2013 e do Decreto Estadual nº 60.106/2014, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas previstas no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/2002.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL
A garantia de execução contratual, quando exigida pelo CONTRATANTE em decorrência da celebração do contrato, deverá obedecer às normas previstas no Edital indicado no preâmbulo deste instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS
A CONTRATADA deve cumprir a Lei Federal nº 13.709/2018 no âmbito da execução do objeto deste Contrato e observar as instruções por escrito do CONTRATANTE no tratamento de dados pessoais.

PARÁGRAFO PRIMEIRO
A CONTRATADA deve assegurar que o acesso a dados pessoais seja limitado aos empregados, prepostos ou colaboradores que necessitem conhecer/acessar os dados pertinentes, na medida em que sejam estritamente necessários para as finalidades deste Contrato, e cumprir a legislação aplicável, assegurando que todos esses indivíduos estejam sujeitos a compromissos de confidencialidade ou obrigações profissionais de confidencialidade.

PARÁGRAFO SEGUNDO
Considerando a natureza dos dados tratados, as características específicas do tratamento e o estado atual da tecnologia, assim como os princípios previstos no *caput* do art. 6º da Lei Federal nº 13.709/2018, a CONTRATADA deve adotar, em relação aos dados pessoais, medidas de segurança, técnicas e administrativas aptas a proteger os dados e informações de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.

PARÁGRAFO TERCEIRO
Considerando a natureza do tratamento, a CONTRATADA deve, enquanto operadora de dados pessoais, implementar medidas técnicas e organizacionais apropriadas para o cumprimento das obrigações do CONTRATANTE previstas na Lei Federal nº 13.709/2018.

PARÁGRAFO QUARTO
A CONTRATADA deve:
I – notificar o CONTRATANTE na primeira oportunidade possível, ao receber requerimento de um titular de dados, na forma prevista no artigo 18 da Lei Federal nº 13.709/2018; e
II – quando for o caso, auxiliar o CONTRATANTE na elaboração da resposta ao requerimento a que se refere o inciso I deste parágrafo.

SFPCAP20221264977A

Autenticado com senha por CLEYTON FELIX FERREIRA - DIRETOR TÉCNICO DE SERVIÇO DA FAZENDA ESTADUAL / 97826 - 01/12/2022 às 15:56:00.
Documento Nº: 58878336-7588 - consulta à autenticidade em
https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=58878336-7588

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ORÇAMENTO E GESTÃO
DEPARTAMENTO DE PERÍCIAS MÉDICAS DO ESTADO

PARÁGRAFO QUINTO
A CONTRATADA deve notificar ao CONTRATANTE, na primeira oportunidade possível, a ocorrência de incidente de segurança relacionado a dados pessoais, fornecendo informações suficientes para que o CONTRATANTE cumpra quaisquer obrigações de comunicar à autoridade nacional e aos titulares dos dados a ocorrência do incidente de segurança sujeita à Lei Federal nº 13.709/2018.

PARÁGRAFO SEXTO
A CONTRATADA deve adotar as medidas cabíveis para auxiliar na investigação, mitigação e reparação de cada um dos incidentes de segurança.

PARÁGRAFO SÉTIMO
A CONTRATADA deve auxiliar o CONTRATANTE na elaboração de relatórios de impacto à proteção de dados pessoais, observado o disposto no artigo 38 da Lei Federal nº 13.709/2018, no âmbito da execução deste Contrato.

PARÁGRAFO OITAVO
Na ocasião do encerramento deste Contrato, a CONTRATADA deve, imediatamente, ou, mediante justificativa, em até 10 (dez) dias úteis da data de seu encerramento, devolver todos os dados pessoais ao CONTRATANTE ou eliminá-los, conforme decisão do CONTRATANTE, inclusive eventuais cópias de dados pessoais tratados no âmbito deste Contrato, certificando por escrito, ao CONTRATANTE, o cumprimento desta obrigação.

PARÁGRAFO NONO
A CONTRATADA deve colocar à disposição do CONTRATANTE, conforme solicitado, toda informação necessária para demonstrar o cumprimento do disposto nesta cláusula, e deve permitir auditorias e contribuir com elas, incluindo inspeções, pelo CONTRATANTE ou auditor por ele indicado, em relação ao tratamento de dados pessoais.

PARÁGRAFO DEZ
Todas as notificações e comunicações realizadas nos termos desta cláusula devem se dar por escrito e ser entregues pessoalmente, encaminhadas pelo correio ou por e-mail para os endereços físicos ou eletrônicos informados em documento escrito emitido por ambas as partes por ocasião da assinatura deste Contrato, ou outro endereço informado em notificação posterior.

PARÁGRAFO ONZE
A CONTRATADA responderá por quaisquer danos, perdas ou prejuízos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros decorrentes do descumprimento da Lei Federal nº 13.709/2018 ou de instruções do CONTRATANTE relacionadas a este Contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização do CONTRATANTE em seu acompanhamento.

PARÁGRAFO DOZE
Caso o objeto da presente contratação envolva o tratamento de dados pessoais com fundamento no consentimento do titular de que trata o inciso I do artigo 7º da Lei nº 13.709/2018, deverão ser observadas pela CONTRATADA ao longo de toda a vigência do contrato todas as obrigações específicas vinculadas a essa hipótese legal de tratamento de dados pessoais, conforme instruções por escrito do CONTRATANTE.

SFPCAP20221264977A

Autenticado com senha por CLEYTON FELIX FERREIRA - DIRETOR TÉCNICO DE SERVIÇO DA FAZENDA ESTADUAL / 97826 - 01/12/2022 às 15:56:00.
Documento Nº: 58878336-7588 - consulta à autenticidade em
https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=58878336-7588

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ORÇAMENTO E GESTÃO
DEPARTAMENTO DE PERÍCIAS MÉDICAS DO ESTADO

PARÁGRAFO TREZE
É vedada a transferência de dados pessoais, pela CONTRATADA, para fora do território do Brasil.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DISPOSIÇÕES FINAIS
Fica ajustado, ainda, que:
I. Consideram-se partes integrantes do presente Termo de Contrato, como se nele estivessem transcritos:
a. o Edital mencionado no preâmbulo e seus anexos;
b. a proposta apresentada pela CONTRATADA.
II. Aplicam-se às omissões deste contrato as disposições da Lei Federal nº 10.520/2002 e disposições regulamentares pertinentes, e, subsidiariamente, as disposições da Lei Federal nº 8.666/1993, da Lei Federal nº 8.078/1990 – Código de Defesa do Consumidor – e princípios gerais dos contratos.
III. Para dirimir quaisquer questões decorrentes deste Termo de Contrato, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo.
E assim, por estarem as partes justas e contratadas, foi lavrado o presente instrumento em **01 (uma) via**, que, lido e achado conforme pela CONTRATADA e pela CONTRATANTE, vai por elas assinado para que produza todos os efeitos de Direito, sendo assinado também pelas testemunhas abaixo identificadas.

São Paulo, 6 de dezembro de 2022.

BARTYRA CÂMARA GOMES
Diretora Técnica De Saúde III
CONTRATANTE

Michele de C. Moreira
MICHELE DE CARVALHO MOREIRA
Proprietária
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

CLEYTON FELIX FERREIRA
Diretor Técnico de Serviço Contratos
RG: 34.144.508-6
(nome, RG e CPF)

(nome, RG e CPF)

Helga Lui Reinhardt
Técnico da Fazenda Estadual - TEFE
RG: 23.492.661-2 SSP/SP

SFPCAP20221264977A

Autenticado com senha por CLEYTON FELIX FERREIRA - DIRETOR TÉCNICO DE SERVIÇO DA FAZENDA ESTADUAL / 97826 - 01/12/2022 às 15:56:00.
Documento Nº: 58878336-7588 - consulta à autenticidade em
https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=58878336-7588

Governo do Estado de São Paulo
620

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ORÇAMENTO E GESTÃO
DEPARTAMENTO DE PERÍCIAS MÉDICAS DO ESTADO

ANEXO I – MEMORIAL DESCRITIVO

Assunto: Prestação de serviço instalação e locação de conjunto de equipamentos necessários para o funcionamento de módulo de controle de acesso (catraca e cartões) e respectiva assistência técnica (manutenção preventiva e corretiva) a ser implantado no prédio Sede do Departamento de Perícias Médicas do Estado – DPME, localizado na Avenida Prefeito Passos, s/n – Glicério – São Paulo – SP.

INTRODUÇÃO

Este documento foi elaborado com base no volume 13 Prestação de Serviços de Vigilância Eletrônica (Data-base: Janeiro/2021 – Versão 08: Janeiro 2022, CADTERC atualizado em 04/07/2022, disponibilizados pelo Cadastro de Serviços Terceirizados – CADTERC, no endereço www.cadterc.sp.gov.br, contemplando as adaptações necessárias para atender às peculiaridades que a presente situação apresenta, e tem por objetivo fornecer todas as informações necessárias aos participantes de certame licitatório, possibilitando a participação do maior número de interessados, visando a escolha da proposta mais vantajosa para a Administração, com vistas à contratação que se pretende efetivar.

O Departamento de Perícias Médicas do Estado – DPME é o Órgão responsável pela realização das perícias médicas dos servidores e funcionários públicos estaduais.

Os serviços que se pretende contratar são de fundamental importância para garantir o controle do acesso de pessoas, servidores e/ou visitantes, ao prédio deste Departamento, objetivando garantir a integridade do patrimônio público e a incolumidade física de funcionários e demais pessoas que circulam nos locais da efetiva prestação de serviços.

1. OBJETO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

A presente licitação tem por objeto a Prestação de Serviços de instalação e locação do conjunto de equipamentos necessários e suficientes para o funcionamento do sistema de controle de acesso (catracas, cancelas, portas, cartões etc.) a ambientes protegidos, bem como de instalação, locação e manutenção de conjunto de instalações, equipamentos e software (sistema informatizado) necessários e suficientes para o funcionamento de um circuito fechado de televisão [CFTV- Convencional (Digital) e IP] para futuro monitoramento, conforme especificações e níveis de serviço estabelecidos.

1.1. LOCAL DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

Os serviços serão executados no Edifício Sede do Departamento de Perícias Médicas do Estado de São Paulo – DPME, localizado à Av. Prefeito Passos, s/nº - Várzea do Carmo - Glicério - São Paulo - SP - CEP:01517-020;

2. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

2.1 A prestação dos serviços de Controle de Acesso será realizada por meio da locação de equipamentos de controle de acesso, incluindo: instalação da infraestrutura eventualmente necessária, e instalação dos equipamentos e sistemas propriamente ditos, conforme especificação do projeto de segurança, incluindo a manutenção preventiva e corretiva de todo o sistema.

2.2 Para a prestação de serviços de instalação e locação de conjunto de equipamentos, é necessário o funcionamento de um sistema de controle de acesso base web, composto por controladoras e software de gerenciamentos interligados pela internet e operado com o uso de navegador de internet (web-browser), conforme especificações e níveis de serviço estabelecidos.

SFPCAP20221264977A

Autenticado com senha por CLEYTON FELIX FERREIRA - DIRETOR TÉCNICO DE SERVIÇO DA FAZENDA ESTADUAL / 97826 - 01/12/2022 às 15:56:00.
Documento Nº: 58878336-7588 - consulta à autenticidade em
https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=58878336-7588

Governo do Estado de São Paulo
621

2.3 Os grupos de serviços que compõem toda a Categoria I – Controle de Acesso, incluindo seus subgrupos, são desmembrados conforme descrito nas Instruções Gerais.

Quadro 1: *Discriminação da Categoria I de Controle de Acesso em grupos e subgrupos.*

Categoria I – Controle de Acesso Grupos e subgrupos de serviços
▪ I.1 – Prestação de Serviços de Controle de Acesso – Catracas
I.1.1 – Locação de Catracas
▪ I.2 – Prestação de Serviços de Controle de Acesso – Cancelas
I.2.1 – Locação de Cancelas
▪ I.3 – Prestação de Serviços de Controle de Acesso – Portas
I.3.1 – Locação de Controle de Acesso Stand Alone
I.3.2 – Locação de Gerenciador Via Software
I.3.3 – Locação de Fechaduras – Controle de Acesso
▪ I.4 – Prestação de Serviços de Controle de Acesso – Cartões
I.4.1 – Locação de Cartões – Controle de Acesso
▪ I.5 – Prestação de Serviços de Controle de Acesso – Funcionários/Visitantes
I.5.1 – Locação de Dispositivos de Controle de Funcionários/Visitantes
▪ I.6 – Prestação de Serviços de Central/Servidor de Controle de Acesso
I.6.1 – Locação de Central de Controle de Acesso e Software
I.6.2 – Locação de Sistema Base Web de Controle de Acesso
▪ I.7 – Prestação de Serviços de Monitoramento Remoto da Central/Servidor de Acesso
I.7.1 – Serviço de Monitoramento Remoto da Central/Servidor de Controle de Acesso
▪ I.8 – Prestação de Serviços de Manutenção de Controle de Acesso
I.8.1 – Manutenção de Catracas, Cancelas, Portas e Sistema Base Web

Fonte: Prestação de Serviços de Vigilância Eletrônica – Vol. 13 – Versão 08 - Jan./2022 – atualizado em 04/07/2022.

SFPCAP20221264977A

Autenticado com senha por CLEYTON FELIX FERREIRA - DIRETOR TÉCNICO DE SERVIÇO DA FAZENDA ESTADUAL / 97826 - 01/12/2022 às 15:56:00.
Documento Nº: 58878336-7588 - consulta à autenticidade em
https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=58878336-7588

Governo do Estado de São Paulo
622

I. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS MÍNIMAS DAS CONFIGURAÇÕES DOS EQUIPAMENTOS E SOLUÇÕES PARA CONTROLE DE ACESSO

As especificações técnicas descrevem todos os tipos de serviços inclusos em cada subgrupo dentro da Categoria I – Controle de Acesso, bem como os recursos técnicos mínimos necessários para sua execução e funcionamento, definidos no quadro a seguir:

Quadro 2: *Detalhamento da Prestação de Serviços da Categoria I de Controle de Acesso em grupos e subgrupos.*

	I.1 – Prestação de Serviços de Controle de Acesso – Catracas	
Código do Serviço	**Descrição do Serviço**	**Recursos Técnicos Mínimos**
I.1.1 – Locação de Catracas		
I.1.1.1.L	Catraca pedestal com leitores de proximidade de entrada e saída	▪Catraca pedestal com pictogramas orientativos;
		▪Corpo e tampo em aço carbono, com pintura em epóxi;
		▪Sistema antirretorno com capacidade para torques de 1.000 N.m;
		▪Sistema provido de mecanismo de desaceleração dos braços;
		▪Placa controladora da catraca;
		▪Leitor de proximidade MIFARE/RFID/Wiegand.
		▪Cofre coletor de cartões de visitantes.
I.1.1.7.L	Portinhola de acesso para cadeirantes e fechamentos	▪Estrutura tubular, em perfis metálicos ou fundida, construída em aço carbono com pintura epóxi, aço inox, aço inox polido ou alumínio;
		▪A estrutura da portinhola deverá estar preparada para receber a instalação de fechadura com chave, cadeado ou fechadura eletromagnética, bem como leitoras de proximidade;
		▪Acabamentos e fechamentos poderão ser feitos em aço inox, aço inox polido, policarbonato ou vidro temperado com no mínimo 8 mm, sem arestas ou cantos vivos, de modo a evitar que roupas, materiais, bolsas ou outros objetos enrosquem, obstruam a passagem ou travem a portinhola;
		▪Dobradiças poderão ser em aço carbono ou aço inox;
		▪A portinhola e seus elementos, inclusive a fixação, deverão ser resistentes ao impacto de pessoas, cadeiras de rodas, carros de mão, entre outros equipamentos de transportes de pessoas, materiais ou documentos.

SFPCAP20221264977A

Autenticado com senha por CLEYTON FELIX FERREIRA - DIRETOR TÉCNICO DE SERVIÇO DA FAZENDA ESTADUAL / 97826 - 01/12/2022 às 15:56:00.
Documento Nº: 58878336-7588 - consulta à autenticidade em
https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=58878336-7588

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ORÇAMENTO E GESTÃO
DEPARTAMENTO DE PERÍCIAS MÉDICAS DO ESTADO

	I.3 – Prestação de Serviços de Controle de Acesso – Portas	
Código do Serviço	**Descrição do Serviço**	**Recursos Técnicos Mínimos**
I.3.1 – Locação de Controle de Acesso Stand Alone		
I.3.1.1.L	Módulo de controle de acesso para portas com leitor de proximidade de entrada	▪Não precisa de computador para operar; ▪Armazena até 1.000 cartões; ▪Possui leitor de cartão e teclado incorporado; ▪Cartão master para adicionar e deletar cartões; ▪Alimentação 12 V; ▪Um contato de relé NA/COM/NF para acionamento de fechadura.
	I.4 – Prestação de Serviços de Controle de Acesso – Cartões	
Código do Serviço	**Descrição do Serviço**	**Recursos Técnicos Mínimos**
I.4.1 – Locação de Cartões – Controle de Acesso		
I.4.1.1.L	Cartões de acesso com etiqueta (pacote com 100 unidades)	▪Cartão PVC, frequência de operação de 13,56 MHZ, compatível com MIFARE/RFID com o fornecimento de etiquetas de identificação em layout gráfico definido pelo Contratante, personalizados com o nome e demais informações dos funcionários e cartões com etiquetas padronizadas com a inscrição "VISITANTES". Os cartões devem ser produzidos pela Contratada, conforme as especificações de layout, e entregues prontos para operação de acordo com o prazo de entrega estabelecido pelo Contratante.

SFPCAP20221264977A

Autenticado com senha por CLEYTON FELIX FERREIRA - DIRETOR TÉCNICO DE SERVIÇO DA FAZENDA ESTADUAL / 97826 - 01/12/2022 às 15:56:00.
Documento Nº: 58878336-7588 - consulta à autenticidade em
https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=58878336-7588

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ORÇAMENTO E GESTÃO
DEPARTAMENTO DE PERÍCIAS MÉDICAS DO ESTADO

I.7 – Prestação de Serviços de Monitoramento Remoto da Central/Servidor de Acesso		
Código do Serviço	**Descrição do Serviço**	**Recursos Técnicos Mínimos**
I.7.1 – Serviço de Monitoramento Remoto da Central/Servidor de Controle de Acesso		
I.7.1.1.L	Monitoramento remoto da Central/Servidor	▪Serviço de monitoramento exige a mão de obra de dois postos de trabalho: Supervisor/Monitor e Vigilante desarmado
I.8 – Prestação de Serviços de Manutenção de Controle de Acesso		
Código do Serviço	**Descrição do Serviço**	**Recursos Técnicos Mínimos**
I.8.1 – Manutenção de Catracas, Cancelas, Portas e Sistema Base Web		
I.8.1.1.M	Manutenção de sistema de controle de acesso – catracas, cancelas e portas	▪Manutenção corretiva e preventiva; ▪Transporte e deslocamento; ▪Reposição de peças.
I.8.1.2.M	Manutenção da central/servidor e sistema base web de controle de acesso	▪Manutenção corretiva e preventiva; ▪Transporte e deslocamento; ▪Reposição de peças.
Fonte: Prestação de Serviços de Vigilância Eletrônica – Vol. 13 – Versão 08 - Jan./2022 – atualizado em 04/07/2022.		

2.4 A Prestação de Serviços de CFTV será realizada por meio de locação e instalação de equipamentos de circuito fechado de televisão, conforme especificação, inclusive com a realização das manutenções preventiva e corretiva.

2.5 É de responsabilidade da Contratada a implementaçãototal do sistema, incluindo fornecimento de todos os materiais, equipamentos, instrumentos, software e outros componentes necessários para seu pleno funcionamento. Inclui os serviços de adequação de equipamentos, de montagem, de instalação e testes.

2.6 A Contratada deverá aceitar eventual alteração do local de instalação, desde que no mesmo município, e que seja comunicada formalmente pelo contratante, com pelo menos 5 (cinco) dias de antecedência.

2.7 A contratada deverá manter sigilo, sob as penalidades da lei, dados e informações de propriedade do contratante a menos que expressamente autorizada a divulgação por escrito.

2.8 Manter sistema de nobreak com autonomia de 2 (duas) horas, a fim de garantir o funcionamento de todo o sistema de CFTV em eventuais falhas de energia elétrica.

SFPCAP20221264977A

Autenticado com senha por CLEYTON FELIX FERREIRA - DIRETOR TÉCNICO DE SERVIÇO DA FAZENDA ESTADUAL / 97826 - 01/12/2022 às 15:56:00.
Documento Nº: 58878336-7588 - consulta à autenticidade em
https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=58878336-7588

2.9 A central de monitoramento e armazenamento de imagens de CFTV é responsável pela realização de monitoramento de imagem, por meio de software, possibilitando visualizar em tempo integral as diversas imagens na área de cobertura do contrato, proporcionando ao Operador de monitoramento a visualização e identificação de ocorrências.

2.10 Adicionalmente, o software a ser aplicado deverá possibilitar:

- Configurar cada câmera individualmente com ajustes independentes de brilho, contraste, saturação e matiz, quantidade de quadros por segundo, qualidade de gravação e sensibilidade, estando de acordo com as condições do ambiente e aplicação;
- Gravação e reprodução das câmeras com qualidade digital em alta resolução, de 120 FPS, no mínimo, até 480 FPS, sem perda de quadros e autonomia suficiente para gravação ininterrupta das ocorrências pelo período previsto no projeto/contrato;
- Tempo contínuo: gravação ininterrupta 24 (vinte e quatro) horas por dia;
- Detecção de movimento e compressão de imagens – grava apenas os quadros em que o movimento exceder a sensibilidade na região programada;
- Detecção de áudio: inicia a gravação quando o áudio é detectado no ambiente;
- Agendamento: programação para dia e hora, permitindo definir o horário em que deverá iniciar o monitoramento, dando autonomia à máquina e otimizando os recursos de gravação;
- Dispositivo que permita ligar sensores de presença, botão de pânico, detectores de fumaça, câmeras PTZ etc., assim como a conexão de dispositivos de entrada e saída, possibilitando ligar e ativar aparelhos, lâmpadas, portas e motores por meio da internet ou rede;
- Gravação inteligente distribuindo automaticamente a quantidade de *frames* que cada câmera necessita, fazendo com que as imagens se tornem mais detalhadas mediante algum evento, otimizando a utilização do espaço para o armazenamento de dados;
- Monitoramento de canais de áudio, sendo possível gravar e executar áudio e vídeo ao mesmo tempo;
- Tecnologia inteligente de detecção de movimentos, que permite selecionar uma determinada área ou ponto específico a ser monitorado;
- A visualização do histórico de gravação;
- Modos de exibição no monitor, obrigatoriamente, de 1, 4, 6, 9, 12 e 16 câmeras;
- Que o sistema de banco de dados possa ser acessado por meio da própria máquina ou remotamente;
- Que o sistema de marca d'água digital cheque se a imagem é a originalmente capturada do sistema ou não. Caso a imagem capturada tenha sido alterada ou modificada em qualquer parte, o sistema indicará que a imagem foi danificada; e
- Localização de eventos por intermédio de linha do tempo.

2.11 O sistema deverá possuir equipamento de backup para garantir o funcionamento do sistema 24 (vinte e quatro) horas.

SFPCAP20221264977A

Autenticado com senha por CLEYTON FELIX FERREIRA - DIRETOR TÉCNICO DE SERVIÇO DA FAZENDA ESTADUAL / 97826 - 01/12/2022 às 15:56:00.
Documento Nº: 58878336-7588 - consulta à autenticidade em
https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=58878336-7588

Governo do Estado de São Paulo
626

2.12 É de responsabilidade exclusiva da Contratada o fornecimento dos insumos, materiais e acessórios necessários para a plena condição de operação dos equipamentos, sendo que o fornecimento deverá ser suficiente para manter a continuidade da prestação de serviços.

2.13 Todos os softwares e aplicativos utilizados nos sistemas devem estar em conformidade com a legislação vigente e devidamente licenciados pelo fabricante, nas quantidades necessárias aos equipamentos fornecidos.

2.14 Os grupos e os subgrupos de serviços que compõem toda a Categoria II – Circuito Fechado de Televisão são desmembrados conforme descrito nas Instruções Gerais.

2.15 A Contratada deverá entregar toda a documentação técnica do sistema e do treinamento, assim como todos os manuais de operação ao Contratante, em meio eletrônico e cópia em papel, em até 30(trinta) dias após os testes e a aceitação definitiva dos sistemas pelo Contratante.

2.16 A Contratada deverá prestar serviços eventuais, compreendendo:

- Desinstalação e reinstalação de equipamentos no mesmo local, decorrente da alteração interna de layout da unidade;
- Desinstalação e reinstalação de equipamentos em outro local da mesma cidade, em virtude de mudança da unidade;
- Desativação de equipamentos ou do sistema de segurança de alguma unidade.

O quadro-resumo a seguir demonstra a categoria desagregada.

Quadro 3: *Discriminação da Categoria II de CFTV em grupos e subgrupos*

Categoria II – CFTV (Circuito Fechado de Televisão) Grupos e subgrupos de serviços
▪ II.1 – Prestação de Serviços de Dispositivos para CFTV Convencional (Digital)
II.1.1 – Locação de Central de Monitoramento Local – Convencional (Digital)
II.1.2 – Locação de dispositivo de Sistema de CFTV – Convencional (Digital) – 720p
II.1.3 – Locação de dispositivo de Sistema de CFTV – Convencional (Digital) – 1080p
II.1.4 – Locação de dispositivo de Sistema de CFTV – Convencional (Digital) – 4k ou superior
▪ II.2 – Prestação de Serviços de Estação de Visualização para CFTV
II.2.1 – Locação de Estação de Visualização de CFTV
▪ II.3 – Prestação de Serviços de Dispositivos para CFTV Sistema IP
II.3.1 – Locação de Central de Monitoramento Local – Sistema IP
II.3.2 – Locação de Software e Licenças de Gerenciamento de Imagens para Sistema IP de CFTV
▪ II.4 – CFTV Convencional ou IP – Central de Monitoramento Remoto (Estação de Trabalho)
II.4.1 – Locação de Central de Monitoramento Remoto de CFTV Convencional ou IP

SFPCAP20221264977A

Autenticado com senha por CLEYTON FELIX FERREIRA - DIRETOR TÉCNICO DE SERVIÇO DA FAZENDA ESTADUAL / 97826 - 01/12/2022 às 15:56:00.
Documento Nº: 58878336-7588 - consulta à autenticidade em
https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=58878336-7588

Governo do Estado de São Paulo
627

- II.5 – Prestação de Serviços de Acessórios e Conversores para CFTV Convencional (Digital)/Sistema IP
  - II.5.1 – Locação de Acessórios de CFTV Digital/IP
  - II.5.2 – Locação de Acessórios de CFTV Digital
  - II.5.3 – Locação de Acessórios de CFTV IP
  - II.5.4 – Locação de Acessórios de CFTV IP – PoE
- II.6 – Prestação de Serviços de Câmeras de CFTV digital
  - II.6.1 – Locação de Câmera 720p
  - II.6.2 – Locação de Câmera 1080p
  - II.6.3 – Locação de Câmera 4k ou Superior
- II.7 – Prestação de Serviços de Câmeras de CFTV Sistema IP
  - II.7.1 – Locação de Câmera – IP 1MP
  - II.7.2 – Locação de Câmera – IP 2 a 3 Megapixels (full HD)
  - II.7.3 – Locação de Câmera – IP 4k ou Superior
  - II.7.4 – Locação de Câmera – IP 1 MP – PoE
  - II.7.5 – Locação de Câmera – IP 2 a 3 Megapixel (full HD) – PoE
  - II.7.6 – Locação de Câmera – IP 4k ou Superior – PoE
- II.8 – Prestação de Serviços de Postes Galvanizados
  - II.8.1 – Locação de Postes Galvanizados a Quente
- II.9 – Prestação de Serviços de Monitoramento e Gerenciamento Remoto e Local de Imagens CFTV
  - II.9.1 – Serviço de Monitoramento Remoto de CFTV
  - II.9.2 – Serviço de Monitoramento Local de CFTV – Vigilante Desarmado Diurno
  - II.9.3 – Serviço de Monitoramento Local de CFTV – Vigilante Desarmado Noturno
- II.10 – Prestação de Serviços de Manutenção de CFTV
  - II.10.1 – Manutenção de CFTV Convencional, IP e IP – PoE

II. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS MÍNIMAS DAS CONFIGURAÇÕES DOS EQUIPAMENTOS E SOLUÇÕES PARA CFTV

As especificações técnicas descrevem todos os tipos de serviços inclusos em cada subgrupo dentro da Categoria II – Circuito Fechado de Televisão (CFTV), bem como os recursos técnicos mínimos necessários para sua execução e funcionamento, definidos no quadro a seguir:

Quadro 4: *Detalhamento da Prestação de Serviços da Categoria I de Controle de Acesso em grupos e subgrupos*

II.1 – Prestação de Serviços de Dispositivos para CFTV Convencional (Digital)		
Código do Serviço	**Descrição do Serviço**	**Recursos Técnicos Mínimos**
II.1.1 – Locação de Central de Monitoramento Local – Convencional (Digital)		
		PC com teclado, mouse, sistema operacional, software de monitoramento remoto totalmente em

SFPCAP20221264993A

Autenticado com senha por CLEYTON FELIX FERREIRA - DIRETOR TÉCNICO DE SERVIÇO DA FAZENDA ESTADUAL / 97826 - 01/12/2022 às 15:56:46.
Documento Nº: 58878443-7588 - consulta à autenticidade em
https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=58878443-7588

SIGA

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ORÇAMENTO E GESTÃO
DEPARTAMENTO DE PERÍCIAS MÉDICAS DO ESTADO

II.1.1.1.L	Central de monitoramento local para 16 câmeras	**português:** ▪ CPU com processador mínimo I3 2.0 GHz – Memória RAM mínima 8 GB; ▪ Sistema operacional Windows 7, Windows 8, Windows 10 ou Linux, compatível com o sistema de monitoramento a ser utilizado; ▪ Dispositivo de armazenamento com capacidade inicial de 3 Tb; ▪ Capacidade de ampliação de dispositivo de armazenamento (hot swap) mínimo de 4 gavetas tipo SATA removíveis; ▪ Drive de CD, DVD, USB; ▪ Taxas de compressão de gravação e exibição em MPEG4/CIF/2CIF/4CIF ou melhor, exibição e gravação em tempo real (mínimo de 120 fps); ▪ Placa de rede Ethernet 10/100/1000 Base-T; ▪ Operação por meio de comandos no painel, controle remoto ou mouse; ▪ Controla Speed Domes de várias marcas; ▪ Função Hard watchdog. A central deverá reiniciar o sistema automaticamente caso haja qualquer tipo de problema que interrompa a sua operação; ▪ Software de monitoramento totalmente em português. **Tv/monitor LCD ou LED 42":** ▪ Resolução 1280 x 1024; ▪ Entrada HDMI. **Nobreak até 1,2 kVA:** ▪ Autonomia mínima de 1 hora no caso de falta de energia na rede elétrica, com utilização de bateria adicional acoplada; ▪ Entrada de energia: tensão nominal 110 ou 220 volts; ▪ Saída de energia: tensão nominal de 115 volts e frequências de 60 Hz; ▪ Painel frontal com botões e comando de liga e desliga; ▪ Painel traseiro: saída para no mínimo 4 tomadas e conexão USB; ▪ Estabilizador de linha; ▪ Proteção contra subtensão, sobretensão e curto-circuito; ▪ Bateria selada;

SFPCAP20221264993A

Autenticado com senha por CLEYTON FELIX FERREIRA - DIRETOR TÉCNICO DE SERVIÇO DA FAZENDA ESTADUAL / 97826 - 01/12/2022 às 15:56:46.
Documento Nº: 58878443-7588 - consulta à autenticidade em
https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=58878443-7588

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ORÇAMENTO E GESTÃO
DEPARTAMENTO DE PERÍCIAS MÉDICAS DO ESTADO

		▪ Capacidade nominal de corrente de 18 Ah; ▪ Autonomia mínima de 1 hora no caso de falta de energia na rede elétrica; ▪ Compatibilidade de integração com nobreak com potência de até 1,2 kVA.
II.1.1.1.L	Central de monitoramento local para 16 câmeras	**Bateria 12 volts/18 Ah:** ▪ Bateria selada; ▪ Entrada de energia de 12 volts; ▪ Capacidade nominal de corrente de 18 Ah; ▪ Autonomia mínima de 1 hora no caso de falta de energia na rede elétrica; ▪ Compatibilidade de integração com nobreak com potência de até 1,2 kVA. **Mesa:** ▪ 160 x 60 cm com três gavetas de cada lado. **Cadeira giratória com rodinhas ergonomicamente adequada:** ▪ Apoio para ombros e braços, regulagem de altura. **Rack fechado padrão metálico, 19" – com altura de 1 até 12 Us:** ▪ Tamanho da prateleira de 19" (polegadas); ▪ Altura do rack de 1 a 12 Us; ▪ Profundidade mínima de 450 mm; ▪ Construído em folhas ou chapas de aço carbono com pintura eletrostática, epóxi ou pré-zincada com espessura mínima de 0,5 mm; ▪ Porta frontal: com visor em acrílico ou vidro temperado e fechadura com chaves; ▪ Laterais removíveis de fácil encaixe com aberturas ou aletas para ventilação; ▪ Base, teto e traseira com recortes reguláveis para passagem de cabos e ventilação. **Bandeja para rack 19":** ▪ Bandeja para o suporte e fixação de equipamentos em rack fechado padrão metálico de 19"; ▪ Preparado para ventilação dos equipamentos. **Radiocomunicação móvel interna – 8km:**

SFPCAP202212649934

Autenticado com senha por CLEYTON FELIX FERREIRA - DIRETOR TÉCNICO DE SERVIÇO DA FAZENDA ESTADUAL / 97826 - 01/12/2022 às 15:56:46.
Documento Nº: 58878443-7588 - consulta à autenticidade em
https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=58878443-7588

Governo do Estado de São Paulo
630

		▪ Complementam o equipamento duas baterias, carregador de mesa com fonte de alimentação 127/220V e clip de cinto, 16 canais, frequência VHF Radio ou UHF com 4 watts de potência, indicador de carga de bateria (LED/TONE), operação rádio a rádio, mínimo de 16 canais, frequência VHF ou UHF com 4 Watts de potência, indicador de carga de bateria (LED/TONE), Operação rádio a rádio. ▪ Preparado para ventilação dos equipamentos. **Condicionadores de ar:** ▪ Capacidade BTUs – 7000. **Arquivo:** ▪ Em metal com 4 gavetas.
II.1 – Prestação de Serviços de Dispositivos para CFTV Convencional (Digital)		
Código do Serviço	**Descrição do Serviço**	**Recursos Técnicos Mínimos**
II.1.3 – Locação de dispositivo de Sistema de CFTV – Convencional (Digital) – 1080p		
II.1.3.1.L	DVR stand alone 16 canais – 1080p	▪ Grava e transmite imagens em HD – resolução 1080p @ 15 FPS; ▪ Possui matriz virtual que permite reposicionar as imagens do plano de ▪ Exporta vídeos em AVI; ▪ Exporta arquivos em Modo FTP; ▪ Saídas de vídeo VGA e HDMI simultâneas; ▪ Reprodução em tempo real, detecção de movimento e busca avançada; ▪ Suporta 1 HD SATA e 2 interfaces USB 2.0; ▪ Entradas de vídeo: 16 canais, BNC; ▪ Modos de gravação: manual, agenda (regular, detecção de movimento); ▪ Ethernet RJ45 (10/100); ▪ Funções de rede: http, IPv4/IPv6, TCP/IP, UPNP, RTSP, UDP, SMTP, NTP, DHCP, DNS, DDNS, Filtro IP, SNMP; ▪ Possibilidade de criação de perfil para o grupo de usuário.

SFPCAP20221264993A

Autenticado com senha por CLEYTON FELIX FERREIRA - DIRETOR TÉCNICO DE SERVIÇO DA FAZENDA ESTADUAL / 97826 - 01/12/2022 às 15:56:46.
Documento Nº: 58878443-7588 - consulta à autenticidade em
https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=58878443-7588

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ORÇAMENTO E GESTÃO
DEPARTAMENTO DE PERÍCIAS MÉDICAS DO ESTADO

II.2 – Prestação de Serviços de Estação de Visualização para CFTV		
Código do Serviço	**Descrição do Serviço**	**Recursos Técnicos Mínimos**
II.2.1 – Locação de Estação de Visualização de CFTV		
II.2.1.1.L	Estação de visualização de CFTV	**Monitor de LCD ou LED 21,5"** ▪ Resolução 1280 x 1024 75 Hz e base giratória. **PC com teclado, mouse, sistema operacional, software de** ▪ No mínimo processador Intel I3 com 3.4 GHz, mínimo de 4GB de RAM e HD com no mínimo 320GB, DVD-RW, Sistemas Operacionais (conforme padrão adotado pelo Contratante): Windows 7, Windows 8.8.1 ou superior, ou Linux, placa de rede Ethernet 10/100/1000 integrada, ▪ Autonomia mínima de 1 hora no caso de falta de energia na rede elétrica, com utilização de bateria adicional acoplada; ▪ Entrada de energia: tensão nominal 110 ou 220 volts; ▪ Saída de energia: tensão nominal de 115 volts e frequências de 60 Hz; ▪ Painel frontal com botões e comando de liga e desliga; ▪ Painel traseiro: saída para no mínimo 4 tomadas e conexão USB; ▪ Estabilizador de linha; ▪ Proteção contra subtensão, sobretensão e curto-circuito. **Bateria 12 volts/18 Ah:** ▪ Bateria selada; ▪ Entrada de energia de 12 volts; ▪ Capacidade nominal de corrente de 18 Ah; ▪ Autonomia mínima de 1 hora no caso de falta de energia na rede ▪ Compatibilidade de integração com nobreak com potência de até 1,2 **Mesa:** ▪ 160 x 60 cm com três gavetas de cada lado. **Cadeira giratória com rodinhas ergonomicamente adequada:**

SFPCAP20221264993A

Autenticado com senha por CLEYTON FELIX FERREIRA - DIRETOR TÉCNICO DE SERVIÇO DA FAZENDA ESTADUAL / 97826 - 01/12/2022 às 15:56:46.
Documento Nº: 58878443-7588 - consulta à autenticidade em
https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=58878443-7588

	▪Apoio para ombros e braços, regulagem de altura. **Gabinete para acondicionamento dos equipamentos:** ▪Ventilação e chave (trancamento).
II.4 – CFTV Convencional ou IP – Central de Monitoramento Remoto (Estação de Trabalho)	
Código do Serviço	**Descrição do Serviço** / **Recursos Técnicos Mínimos**
II.4.1 – Locação de central de monitoramento remoto de CFTV Convencional ou IP	
II.4.1.1.L	Central de monitoramento remoto para CFTV ▪Serviço de monitoramento exige a mão de obra de dois postos de trabalho: Supervisor/Monitor e Vigilante desarmado.
II.9 – Prestação de Serviços de Monitoramento e Gerenciamento Remoto e Local de Imagens CFTV	
Código do Serviço	**Descrição do Serviço** / **Recursos Técnicos Mínimos**
II.9.1 – Serviço de Monitoramento remoto de CFTV	
II.9.1.1.L	Serviço de monitoramento remoto de CFTV na Contratada ▪Serviço de monitoramento exige a mão de obra de dois postos de trabalho: Supervisor/Monitor e Vigilante desarmado

Fonte: Prestação de Serviços de Vigilância Eletrônica – Vol. 13 – Versão 08 - Jan./2022 – atualizado em 04/07/2022.

III. LISTAGEM DE EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS PARA CONTROLE DE ACESSO E MONITORAMENTO

Código do Serviço	Quantidade	Serviços
I.1.1.2.L	02 (duas)	Catracas pedestal com leitores de proximidade com cofre coletor de cartões para visitantes
I.1.1.7.L	01 (uma)	Portinhola de acesso para cadeirantes efechamentos
I.4.1.1.L	04 pcts	Cartões de acesso com etiqueta (pacote com 100 unidades)
I.5.1.1.L	01 (uma)	Estação de trabalho para cadastro de funcionários / visitantes
I.6.1.1.L	01 (uma)	Central/Servidor de controle de acesso até 4 pontos
I.6.1.2.L	01 (um)	Software de gerenciamento de Funcionários/Visitantes

SFPCAP20221264993A

Autenticado com senha por CLEYTON FELIX FERREIRA - DIRETOR TÉCNICO DE SERVIÇO DA FAZENDA ESTADUAL / 97826 - 01/12/2022 às 15:56:46.
Documento Nº: 58878443-7588 - consulta à autenticidade em
https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=58878443-7588

Governo do Estado de São Paulo
633

II.2.1.1.L	*01 (uma)*	Estação de visualização de CFTV
II.3.1.1.L	*01 (uma)*	NVR base PC
II.3.2.1.L	*01 (um)*	Software de visualização, gravação e gerenciamento de 8 câmeras
II.3.2.2.L	*01(uma)*	Licença/pak – expansão para viasualização, gravação e gerenciamento de 8 câmeras
II.4.1.1.L	*O1 (uma)*	Central de monitoramento remoto para CFTV
II.5.1.1.L	01 (uma)	TV LCD ou LED 42"
II.5.1.2.L	01 (um)	Conjunto básico de instalação de DVR ou NRV: gabinete be nobreak
II.7.1.1.L	05 (cinco)	Câmera Dome com IR – lente fixa – IP 1M
II.7.1.2.L	*01 (uma)*	Câmera Bullet com IR - lente fixa - IP 1MP
I.8.1.1.M		Manutenção de sistema de controle de acesso – catracas, cancelas e portas
II.10.1.3.M		Manutenção de sistema de CFTV-IP com 16 câmeras

3. OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

A Contratada, além da disponibilização de mão de obra, dos equipamentos e materiais necessários à perfeita execução dos serviços de vigilância eletrônica, bem como das obrigações constantes na minuta de termo de contrato, obriga-se a:

3.1 Iniciar, imediatamente após o recebimento de autorização do Contratante, a prestação dos serviços nos respectivos locais relacionados nas Tabelas de Locais no tempo previsto, informando, em tempo hábil, qualquer motivo impeditivo ou que a impossibilite de assumiro serviço conforme o estabelecido.

3.2 Apresentar, antes do início das atividades a serem realizadas nas dependências do Contratante, a relação do pessoal a ser alocado nos respectivos serviços, com dados pessoais de identificação, mantendo-a rigorosamente atualizada, se for o caso. A critério do Contratante, podem ser, ainda, solicitados documentos complementares, tais como: documentação comprobatória de idoneidade e de qualificação profissional dos profissionais que trabalharão nas dependências do Contratante, Carteira Profissional, Carteira de Saúde e ficha individual completa, na qual constarão todos os elementos necessários à perfeita identificação de cada profissional. Apresentar, quando solicitado, comprovantes de pagamento de benefícios e encargos sociais e trabalhistas.

3.3 Comunicar ao Contratante, com antecedência mínima de 10 (dez) dias, a substituição de qualquer membro da equipe durante a execução dos serviços, se for o caso.

SFPCAP20221264993A

Autenticado com senha por CLEYTON FELIX FERREIRA - DIRETOR TÉCNICO DE SERVIÇO DA FAZENDA ESTADUAL / 97826 - 01/12/2022 às 15:56:46.
Documento Nº: 58878443-7588 - consulta à autenticidade em
https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=58878443-7588

3.4 Manter, durante o serviço nas dependências do Contratante, seus profissionais asseados e com aparência adequada, devidamente uniformizados, portando, à altura do peito, identificação com seu nome, função e o nome da Contratada, não sendo admitidos uniformes incompletos, sujos ou com mau aspecto.

3.5 Selecionar e treinar rigorosamente seus profissionais, observando qualidades como polidez, discrição e aparência ao lidar com o público, ficando a Contratada, para todos os efeitos legais e administrativos, responsável perante o Contratante e terceiros pelos atos e omissões por eles praticados no desempenho de suas funções.

3.6 Assumir de forma integral e ilimitada a vinculação trabalhista exclusiva dos seus profissionais no desempenho dos serviços objeto da contratação, respondendo por todo e qualquer ônus suportado pelo Contratante decorrente de eventual condenação em demanda trabalhista proposta por seus profissionais.

3.7 Prestar, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas, todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo Contratante, cujas reclamações se obriga prontamente a atender, designando um representante ou preposto com poderes para tratar com o Contratante.

3.8 Acatar as orientações do Contratante, inclusive quanto ao cumprimento das normas internas, cabendo à Contratada instruir seus profissionais que venham a prestar serviços.

3.9 Permitir ao Contratante a fiscalização, a vistoria dos serviços e o acesso às suas dependências, bem como prestar, quando solicitadas, informações visando ao bom andamento dos serviços.

3.10 Providenciar, imediatamente após o recebimento de solicitação do Contratante, o afastamento de qualquer profissional ou preposto que embarace a fiscalização ou que se conduza de modo inconveniente ou incompatível com o exercício das funções que lhe forem atribuídas, ou, ainda, aquele que, a critério do Contratante, não esteja habilitado e/ou qualificado para a prestação dos serviços.

3.11 Assegurar ao Contratante o direito de fiscalizar, sustar, recusar, mandar desfazer ou refazer qualquer serviço que não esteja de acordo com a técnica atual, normas ou especificações e que atentem contra a sua segurança ou a de terceiros, ficando certo que, em nenhuma hipótese, a falta de fiscalização do Contratante eximirá a Contratada de suas responsabilidades provenientes do contrato.

3.12 Atender de imediato às reclamações do Contratante sobre a execução do serviço.

3.13 Controlar a frequência dos profissionais que venham a prestar serviços nas dependências do Contratante, responsabilizando-se pela fiscalização diária dos mesmos, inclusive no período noturno e especialmente nos horários de substituição dos plantonistas, que em nenhuma hipótese poderão se retirar dos prédios portando volumes ou objetos sem a devida autorização.

3.14 Operar e agir com organização completa, fornecendo a mão de obra necessária à execução dos serviços objeto do contrato, realizando, também, todas as atividades inerentes à direção, coordenação, fiscalização, administração e execução dos serviços.

SFPCAP20221264993A

Autenticado com senha por CLEYTON FELIX FERREIRA - DIRETOR TÉCNICO DE SERVIÇO DA FAZENDA ESTADUAL / 97826 - 01/12/2022 às 15:56:46.
Documento Nº: 58878443-7588 - consulta à autenticidade em
https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=58878443-7588

Governo do Estado de São Paulo
635

3.15 Conduzir seus trabalhos em harmonia com as atividades do Contratante, de modo a não causar transtornos ao andamento normal dos serviços e dos horários estabelecidos em normas internas, nem quaisquer ônus relativos ao uso de recursos materiais ou humanos.

3.16 Executar os serviços obedecendo às técnicas apropriadas e com emprego de mão de obra especializada, de materiais e técnica de primeira qualidade, observando orientação do Contratante.

3.17 Responsabilizar-se por quaisquer irregularidades, ainda que resultantes de imperfeições técnicas ou vícios pré-existentes nos equipamentos, os quais não implicam corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes ou prepostos, sendo que a regular fiscalização dos serviços pelo Contratante não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada.

3.18 Manter disponibilidade de pessoal em níveis que permitam atender a eventuais acréscimos solicitados pelo Contratante comfundamento no § 1° do artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/1993 e na cláusula décima segunda do termo de contrato, bem como impedir que a mão de obra que cometer falta disciplinar qualificada como de natureza grave seja mantida ou retorne às instalações do Contratante.

3.19 Fornecer, obrigatoriamente, convênio médico para assistência médica e hospitalar, vale-refeição e cesta básica aos empregados envolvidos na prestação dos serviços, nos valores e percentuais estabelecidos na convenção coletiva de trabalho.

3.20 Apresentar, quando solicitado, os comprovantes depagamento de benefícios e encargos.

3.21 Assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas necessárias ao atendimento dos profissionais acidentados ou com mal súbito.

3.22 Responsabilizar-se pela execução dos serviços contratados, obrigando-se a reparar, exclusivamente às suas custas e dentro dos prazos estabelecidos, todos os defeitos, erros, falhas, omissões e quaisquer outras irregularidades verificadas na execução dos serviços, indenizando o Contratante por qualquer dano ou prejuízo decorrente desses defeitos, erros, falhas, omissões ou irregularidades. Na hipótese de verificação de furtos ou roubos, a Contratada ficará obrigada a promover o ressarcimento a preços atualizados.

3.23 Caso permitida a subcontratação, indicar os terceiros subcontratados para os segmentos do serviço em que for permitida a subcontratação, não transferindo a outrem, no todo ou em parte, aexecução dos demais serviços contratados.

3.24 Arcar exclusivamente com todos os custos relativos à realização completa do serviço contratado, encarregando-se do respectivocusto de toda a mão de obra e demais insumos necessários ao cumprimento do contrato.

3.25 Assumir o ônus pelo recolhimento de todos os impostos, taxas, tarifas, contribuições ou emolumentos federais, estaduais e municipais, seguro de acidente do trabalho, que incidam ou venham a incidir sobre os serviços objeto do contrato, apresentando os comprovantes, quando solicitado pelo Contratante.

3.26 Assumir todas as responsabilidades legais por danos materiais ou pessoais que forem causados a terceiros, seja por atos próprios da Contratada, seja por atos de seus profissionais ou prepostos, sem que isso venha a reduzir o direito do Contratante de exercer a mais ampla e completa fiscalização dos trabalhos contratados, por meio do responsável designado para este fim.

SFPCAP20221264993A

Autenticado com senha por CLEYTON FELIX FERREIRA - DIRETOR TÉCNICO DE SERVIÇO DA FAZENDA ESTADUAL / 97826 - 01/12/2022 às 15:56:46.
Documento Nº: 58878443-7588 - consulta à autenticidade em
https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=58878443-7588

3.27 Garantir, quando couber, que, na ocorrência de mudança de local antes do início da instalação dos sistemas, ficará obrigada a executá-los nos novos endereços, desde que estes se localizemdentro da área do município em que se localiza o endereço original ou emoutras áreas de cobertura obrigatória previstas em contrato.

3.28 Relatar ao gestor do contrato toda e qualquer irregularidade observada nos locais de prestação do serviço e que possam representar risco ao patrimônio, à documentação, aos servidores e contribuintes.

3.29 Sugerir ao gestor do contrato eventuais alterações nos pontos de instalação dos sensores, outros equipamentos e procedimentos.

3.30 Registrar a ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) de qualquer atividade que envolva os serviços de: projeto, execução, instalação e manutenção de sistemas de segurança e equipamentos eletroeletrônicos, no Conselho Regional de Engenharia de São Paulo (CREA/SP).

3.31 Indicar um supervisor para realizar periodicamente, emconjunto com o Contratante, o acompanhamento técnico das atividades, visando à qualidade da prestação dos serviços.

3.32 Manter em sigilo, sob as penalidades da lei, dados e informações de propriedade do Contratante, a menos que expressamente autorizada pela mesma por escrito.

3.33 Manter os veículos envolvidos indiretamente na execução dos serviços — como no apoio e na supervisão dos serviços — movidos preferencialmente a álcool (etanol) ou Gás Natural Veicular (GNV), combustíveis estes que causam menor impacto ambiental, visandoà redução efetiva de emissões poluidoras na atmosfera.

3.34 Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente ao Contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização do Contratante em seu acompanhamento.

3.35 Manter, durante toda a execução do contrato, todas as condições que culminaram em sua habilitação.

3.36 Executar rotinas de manutenção preventiva a cada trêsmeses e manutenção corretiva sempre que for necessário, mantendo sempre em funcionamento os sistemas de vigilância eletrônica contratados.

3.37 Apresentar, a cada rotina de manutenção preventiva e corretiva, relatório de manutenção em que deverão constar: a data da manutenção, os itens verificados, as anomalias encontradas, as medidas corretivas adotadas (quando for o caso), as peças ou os equipamentos substituídos e o nome do técnico responsável pela manutenção.

3.38 Os serviços contratados serão prestados nas instalações do Contratante, total ou parcialmente, de acordo com a necessidade e a melhor técnica, conforme "**Tabela de Locais"** constanteem anexo próprio.

3.39 Observar as condições de uso de sistema de escrituração digital de obrigações previdenciárias, trabalhistas e fiscais que sejam estabelecidas por legislação federal, atendendo ao disposto no artigo 16 da Lei Federal nº 13.874/2019.

SFPCAP20221264993A

Autenticado com senha por CLEYTON FELIX FERREIRA - DIRETOR TÉCNICO DE SERVIÇO DA FAZENDA ESTADUAL / 97826 - 01/12/2022 às 15:56:46.
Documento Nº: 58878443-7588 - consulta à autenticidade em
https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=58878443-7588

Governo do Estado de São Paulo
637

4. OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DO CONTRATANTE

O Contratante obriga-se a:

4.1 Efetuar periodicamente a programação dos serviços a serem executados pela Contratada.

4.2 Exercer a fiscalização dos serviços por técnicos especialmente designados.

4.3 Indicar formalmente o gestor e/ou fiscal para acompanhamento da execução contratual.

4.4 Expedir autorização de serviços com antecedência mínima de 03 (três) dias úteis da data de início da execução dos mesmos.

4.5 Encaminhar a liberação de pagamento das faturas da prestação de serviços aprovadas.

4.6 Indicar instalações sanitárias

5. FISCALIZAÇÃO – CONTROLE DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

Não obstante a Contratada seja a única e exclusiva responsável pela execução de todos os serviços, ao Contratante é reservado o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude dessa responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os serviços, diretamente ou por prepostos designados, podendo, para isso:

5.1 Ter livre acesso aos locais de execução do serviço.

5.2 Exercer a fiscalização dos serviços contratados, de modo a assegurar o efetivo cumprimento da execução do escopo contratado, cabendo-lhe, também realizar a avaliação periódica das atividades desenvolvidas pela Contratada.

5.3 Ordenar a imediata retirada do local, bem como a substituição de funcionários da Contratada que estiverem sem uniforme ou crachá, que embaraçarem ou dificultarem a sua fiscalização ou cuja permanência na área, a seu exclusivo critério, julgar inconveniente.

5.4 Fazer exigências à Contratada sempre que julgar necessário para a proteção da integridade física dos trabalhadores durante o exercício das atividades e de terceiros, assim como dos seus bens, das suas propriedades e do meio ambiente.

SFPCAP20221264993A

Autenticado com senha por CLEYTON FELIX FERREIRA - DIRETOR TÉCNICO DE SERVIÇO DA FAZENDA ESTADUAL / 97826 - 01/12/2022 às 15:56:46.
Documento Nº: 58878443-7588 - consulta à autenticidade em
https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=58878443-7588

Governo do Estado de São Paulo
638

CÓPIA DA RESOLUÇÃO SF 58/2014
(ANEXO IV DO EDITAL)

Dispõe sobre a aplicação das sanções de advertência e multa previstas na Lei federal 8.666, de 21-06-1993 e na Lei estadual 6.544, de 22-11-1989, no âmbito da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo.

O Secretário da Fazenda, nos termos do artigo 88 da Lei estadual 6.544, de 22-11-1989 e dos artigos 3° e 6° do Decreto estadual 31.138, de 9 de janeiro de 1990, resolve:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 1º - A aplicação das sanções de natureza pecuniária e de advertência, a que se referem os artigos 81, 86 e 87, incisos I e II, da Lei federal 8.666, de 21-06-1993 e os artigos 79, 80 e 81, incisos I e II, da Lei Estadual 6.544, de 22-11-1989, obedecerá às normas estabelecidas na presente Resolução.

Artigo 2° - As sanções serão aplicadas com observância dos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade.

Artigo 3° - As sanções serão aplicadas após regular processo administrativo com garantia de prévia e ampla defesa, observado, no que couber, o procedimento estabelecido nas instruções contidas na Resolução CC-52, de 19-07-2005, do Comitê de Qualidade da Gestão Pública, ou em outro ato regulamentar que a substituir.

§1º - O prazo para apresentação de defesa prévia será de 5 (cinco) dias úteis.
§2° - Da decisão, caberá recurso, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da publicação.

CAPÍTULO II
DAS SANÇÕES APLICÁVEIS

Artigo 4° - A inexecução total ou parcial de contratos, assim como a execução irregular, ou o atraso injustificado na execução sujeitará o contratado à aplicação das seguintes sanções:

I - advertência;
II - multas.

Artigo 5° - A pena de advertência prevista no artigo anterior será aplicada a critério da autoridade, quando o contratado infringir obrigação contratual pela primeira vez.

SFPCAP20221264993A

Autenticado com senha por CLEYTON FELIX FERREIRA - DIRETOR TÉCNICO DE SERVIÇO DA FAZENDA ESTADUAL / 97826 - 01/12/2022 às 15:56:46.
Documento Nº: 58878443-7588 - consulta à autenticidade em
https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=58878443-7588

Governo do Estado de São Paulo
639

Parágrafo único - Caso o valor da multa, calculado nos termos do artigo 6º, não supere 1 (uma) UFESP, a Administração poderá convertê-la em advertência.

Artigo 6° - As multas previstas no artigo 4° serão:

I - de 20% do valor total corrigido da avença, no caso de inexecução total do contrato;
II - de 20% do valor corrigido da avença, relativo à parte da obrigação não cumprida, no caso de inexecução parcial do contrato;

III - no caso de atraso injustificado na execução do contrato, de:

a) 0,2% ao dia, para atrasos de até 30 (trinta) dias.
b) 0,4% ao dia, ao período que exceder 30 (trinta) dias.

IV - de 1 (uma) até 1.000 (mil) UFESP's, no caso de execução irregular do contrato.

§1° - Caso o contratado realize parte do objeto com atraso e não cumpra outra parcela, aplicar-se-á o disposto no inciso II em relação a parte não cumprida e o contido no inciso III ao que foi executado com atraso.
§2° - Em referência ao inciso II, nos contratos de execução continuada ou de entrega parcelada, e tratando-se de primeira ocorrência da contratada, o percentual será de 10%.
§3° - Os percentuais de que tratam as alíneas "a" e "b", do inciso III, deste artigo, incidirão sobre o valor total corrigido do contrato.
§4° - O valor correspondente à multa poderá ser, a critério da Administração, descontado dos pagamentos devidos em decorrência da execução do contrato que deu origem à multa, ou descontado da garantia prestada para o mesmo contrato.
§5° - Inexistindo o desconto nos moldes previstos no §4°, deste artigo, o correspondente valor deverá ser recolhido ao Tesouro do Estado, através de guia apropriada, no prazo de 10 dias contados da intimação.
§6° - O valor da penalidade ficará restrito ao valor total do contrato.
§7° - A aplicação das penalidades de multa independe de prévia aplicação de penalidade de advertência.

Artigo 7º - A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o instrumento de contrato, ou retirar o instrumento equivalente ou, ainda, assinar a ata de registro de preços, dentro do prazo estabelecido pela Administração, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o à penalidade estabelecida no artigo 6º, inciso I, desta Resolução.

§1° Havendo recusa injustificada em assinar a Ata de Registro de Preços, a estimativa de uso prevista no Edital de Licitação, e utilizada como base de cálculo para a multa, poderá ser reduzida pela Administração em até 50%(cinquenta) por cento, levando em consideração:

I - o percentual médio de aquisições dos Registros de preços anteriores para o mesmo objeto;
II - outros elementos hábeis a comprovar que as aquisições se darão na vigência do Registro de Preços;

SFPCAP20221264993A

Autenticado com senha por CLEYTON FELIX FERREIRA - DIRETOR TÉCNICO DE SERVIÇO DA FAZENDA ESTADUAL / 97826 - 01/12/2022 às 15:56:46.
Documento Nº: 58878443-7588 - consulta à autenticidade em
https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=58878443-7588

Governo do Estado de São Paulo
640

III - e o disposto no artigo 2º.

§2º - O valor da multa de que trata este artigo deverá ser recolhido ao Tesouro do Estado, através de guia apropriada, no prazo de 30 (trinta) dias contados da intimação.

Artigo 8º - O não pagamento das multas no prazo e formas indicados, implicará no registro de devedor no CADIN – Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais e na inscrição do débito na Dívida Ativa do Estado para cobrança judicial.
Artigo 9º - As penalidades previstas neste capítulo poderão ser aplicadas isolada ou cumulativamente, inclusive com as demais penalidades previstas nas Leis federais 8.666, de 21 de junho de 1.993 e 10.520, de 17-07-2002 e na Lei estadual 6.544, de 22-11-1989, observadas as prescrições legais pertinentes e as disposições estabelecidas nos respectivos instrumentos convocatórios e de contratos.
Artigo 10 - As penalidades de multa são autônomas entre si e a aplicação de uma não exclui a aplicação de outra.

CAPÍTULO III
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 11 - Esgotada a instância administrativa, as penalidades deverão ser registradas no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado de São Paulo - CAUFESP, ou comunicadas às autoridades competentes, para fins de registro no referido Cadastro.
Artigo 12 - As disposições desta Resolução aplicam-se, também, aos contratos decorrentes de dispensa ou inexigibilidade de licitação e ainda aos contratos advindos do Sistema de Registro de Preços (artigos 15 da Lei Federal 8.666/93 e Lei Estadual 6.544/89 e artigo 11 da Lei Federal 10.520/2002).
Artigo 13 - Cópia autêntica desta Resolução deverá, obrigatoriamente, se constituir em anexo integrante dos atos convocatórios dos certames, ou, nos casos de contratações com dispensa ou inexigibilidade de licitação, dos respectivos instrumentos de contrato.
Artigo 14 - Às omissões desta Resolução aplicam-se as disposições legais e regulamentares pertinentes.
Artigo 15 - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Resolução SF 129/2010.

SFPCAP202212649934

Autenticado com senha por CLEYTON FELIX FERREIRA - DIRETOR TÉCNICO DE SERVIÇO DA FAZENDA ESTADUAL / 97826 - 01/12/2022 às 15:56:46.
Documento Nº: 58878443-7588 - consulta à autenticidade em
https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=58878443-7588

Governo do Estado de São Paulo
641

AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DOS SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA ELETRÔNICA (ANEXO VI DO EDITAL)

1 – INTRODUÇÃO

1.1. Este documento descreve o procedimento a ser adotado na gestão dos contratos de prestação de serviços de vigilância eletrônica.

1.2. As atividades descritas neste documento deverão ser efetuadas periodicamente pela equipe responsável pela fiscalização da execução dos serviços, gerando relatórios mensais de prestação de serviços executados, que serão encaminhados ao gestor do contrato.

2 - OBJETIVO

2.1. Definir e padronizar a avaliação de desempenho e qualidade dos serviços prestados pela Contratada na execução dos contratos de prestação de serviços de vigilância eletrônica.

3 – REGRAS GERAIS

3.1 A avaliação da Contratada na prestação de serviços de vigilância eletrônica se faz por meio de análise dos seguintes aspectos:

a) Desempenho Profissional;
b) Desempenho das Atividades; e
c) Gerenciamento.

4 - CRITÉRIOS

No formulário de Avaliação de Qualidade dos Serviços, devem ser atribuídos os valores 3 (três), 1 (um) e 0 (zero) para cada item avaliado, correspondente aos conceitos "Realizado", "Parcialmente Realizado" e "Não Realizado", respectivamente.

4.1 - Critérios da pontuação a ser utilizada em todos os itens avaliados:

REALIZADO	PARCIALMENTE REALIZADO	NÃO REALIZADO
3 (três) pontos	1 (um) ponto	0 (zero) ponto

4.2 - Condições Complementares

4.2.1. Na impossibilidade de se avaliar determinado item, este será desconsiderado.

4.2.2. Quando atribuídas notas 1 (um) e 0 (zero), a unidade responsável deverá realizar reunião com a Contratada em até 10 (dez) dias após a medição do período, visando proporcionar ciência quanto ao desempenho dos trabalhos realizados naquele período de medição e avaliação.

4.2.3. Sempre que a Contratada solicitar prazo visando o atendimento de determinado item, esta solicitação deve ser formalizada, objetivando a análise do pedido pelo gestor do contrato. Nesse período, esse item não deve ser analisado.

SFPCAP20221264993A

Autenticado com senha por CLEYTON FELIX FERREIRA - DIRETOR TÉCNICO DE SERVIÇO DA FAZENDA ESTADUAL / 97826 - 01/12/2022 às 15:56:46.
Documento Nº: 58878443-7588 - consulta à autenticidade em
https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=58878443-7588

Governo do Estado de São Paulo
642

5– COMPOSIÇÃO DOS MÓDULOS

Grupos	Módulos	Itens	Percentual de ponderação
Grupo 1	Desempenho Profissional	A1 – Cumprimento das atividades	15%
		A2 – Manutenções preventiva e corretiva efetuadas	25%
		A3 – Qualificação profissional	20%
		A4 – Uniformes e identificação	10%
		A5 – Equipamentos e acessórios	30%
		Total	**100%**
Grupo 2	Desempenho das Atividades	B1 – Especificação técnica dos serviços	10%
		B2 – Instalação/mudança do local dos equipamentos	5%
		B3 – Eficiência do sistema	50%
		B4 – Atendimento da central de monitoramento	10%
		B5 – Atendimento às ocorrências	25%
		Total	**100%**
Grupo 3	Gerenciamento	C1 – Periodicidade da supervisão	15%
		C2 – Entrega de memorial descritivo, diagrama de instalação e *as built*	10%
		C3 – Gerenciamento das atividades operacionais	25%
		C4 – Atendimento às solicitações	25%
		C5 – Salários, benefícios e obrigações trabalhistas	25%
		Total	**100%**

6 – RESPONSABILIDADES

6.1. Equipe de Fiscalização:

- Responsável pela avaliação da Contratada, utilizando o Formulário de Avaliação de Qualidade dos Serviços e pelo encaminhamento de toda documentação ao Gestor do Contrato juntamente com as justificativas, para os itens avaliados com notas 0 (zero) ou 1 (um).

6.2. Gestor do Contrato:

- Responsável pela consolidação das avaliações recebidas e pelo encaminhamento das consolidações e do relatório das instalações à Contratada;
- Responsável pelo encaminhamento para conhecimento à autoridade competente;
- Responsável pela solicitação de aplicação das penalidades cabíveis, garantindo a defesa prévia à Contratada;

SFPCAP20221264993A

Autenticado com senha por CLEYTON FELIX FERREIRA - DIRETOR TÉCNICO DE SERVIÇO DA FAZENDA ESTADUAL / 97826 - 01/12/2022 às 15:56:46.
Documento Nº: 58878443-7588 - consulta à autenticidade em
https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=58878443-7588

Governo do Estado de São Paulo
643

- Responsável pela emissão da Avaliação de Desempenho do Fornecedor – Parcial ou Final.

7 – DESCRIÇÃO DO PROCESSO DE AVALIAÇÃO DA QUALIDADE

7.1. Cabe a cada Unidade, por meio da equipe responsável pela fiscalização do contrato e com base no Formulário de Avaliação de Qualidade dos Serviços (**Anexo VI.1** deste Anexo VI), efetuar o acompanhamento do serviço prestado, registrando e arquivando as informações de forma a embasar a avaliação mensal da Contratada.

7.2 No final do mês de apuração, a equipe responsável pela fiscalização do contrato deve encaminhar, em até 5 (cinco) dias após o fechamento das medições, os Formulários de Avaliação de Qualidade dos Serviços gerados no período, acompanhados das justificativas para os itens que receberem notas 0 (zero) ou 1 (um), para o Gestor do Contrato.

7.3. Cabe a cada Unidade, por meio do respectivo Gestor do Contrato, mensalmente e com base em todos os Formulários de Avaliação de Qualidade dos Serviços gerados durante este período, consolidar a avaliação de desempenho da Contratada frente ao contrato firmado e encaminhar uma via para a Contratada.

7.4. De posse dessa avaliação, o Gestor do Contrato deve aplicar na medição seguinte os descontos cabíveis previstos neste procedimento, garantindo a Defesa Prévia à Contratada.

7.5. Cabe ao Gestor do Contrato encaminhar mensalmente à Contratada, no fechamento das medições, Quadro-Resumo demonstrando de forma acumulada e mês a mês a performance global da Contratada em relação aos conceitos alcançados pela mesma.

7.6. Cabe ao Gestor do Contrato emitir, mensalmente e quando solicitada, a Avaliação de Desempenho do Fornecedor Parcial ou Final, consultando o Quadro-Resumo (**Anexo VI.3** deste Anexo VI) e conceituando a Contratada como segue:

- Conceito Geral "Bom" e Desempenho "Recomendado": quando a Contratada obtiver nota final acumulada igual ou superior a 6,75 e não tiver sofrido a incidência de percentuais de liberação previstos no item 8 deste Anexo VI;
- Conceito Geral "Regular" e Desempenho "Recomendado": quando a Contratada, apesar de obter nota final acumulada igual ou superior a 6,75, já tiver sofrido a incidência de percentuais de liberação indicados no item 8 deste Anexo VI;
- Conceito Geral "Ruim" e Desempenho "Não Recomendado": quando a Contratada, além de obter nota final acumulada inferior a 6,75, já tiver sofrido a incidência de percentuais de liberação previstos no item 8 deste Anexo VI;

8. PERCENTUAIS DE LIBERAÇÃO DAS FATURAS

8.1. As faturas apresentadas pela Contratada ao Contratante para fins de pagamento ficarão sujeitas à aplicação de um percentual de liberação, vinculado à Avaliação da Qualidade dos Serviços, conforme a tabela a seguir:

PERCENTUAL DE LIBERAÇÃO	NOTA OBTIDA NA AVALIAÇÃO
Liberação total da fatura	Nota total maior ou igual a 6,75 pontos

SFPCAP20221264993A

Autenticado com senha por CLEYTON FELIX FERREIRA - DIRETOR TÉCNICO DE SERVIÇO DA FAZENDA ESTADUAL / 97826 - 01/12/2022 às 15:56:46.
Documento Nº: 58878443-7588 - consulta à autenticidade em
https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=58878443-7588

Governo do Estado de São Paulo
644

Liberação de 90% da fatura	Nota total maior ou igual a 5 e menor que 6,75 pontos ou 1 (uma) nota 0 (zero) em um dos itens de cada grupo avaliado;
Liberação de 75% da fatura	Nota total abaixo de 5 pontos ou mais de 1 (uma) nota 0 (zero) nos itens de cada grupo avaliado.

8.2. O gestor do contrato apurará o percentual de liberação devido em cada medição em conformidade com o procedimento descrito no item 7 deste Anexo VI e na Cláusula Nona do termo de contrato, sem prejuízo da aplicação das sanções e penalidades cabíveis.

9 –ANEXOS DESTE DOCUMENTO

9.1 Anexo VI.1 – Formulário de Avaliação de Qualidade dos Serviços;
9.2 Anexo VI. 2 – Instruções para o preenchimento do Formulário de Avaliação de Qualidade dos Serviços;
9.3 Anexo VI. 3 – Relatório das Instalações e Quadro-Resumo;

SFPCAP20221264993A

Autenticado com senha por CLEYTON FELIX FERREIRA - DIRETOR TÉCNICO DE SERVIÇO DA FAZENDA ESTADUAL / 97826 - 01/12/2022 às 15:56:46.
Documento Nº: 58878443-7588 - consulta à autenticidade em
https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=58878443-7588

Governo do Estado de São Paulo
645

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ORÇAMENTO E GESTÃO
DEPARTAMENTO DE PERÍCIAS MÉDICAS DO ESTADO

FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO DE QUALIDADE DOS SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA ELETRÔNICA – (ANEXO VI.1 DO EDITAL)

Contrato Número:	Unidade:	Período:	Data:
Contratada:			
Responsável pela Fiscalização:			
Gestor do Contrato:			

Grupo 1 - Desempenho Profissional	**Peso (a)**	**Nota (b)**	**Subtotal (c=a x b)**
Cumprimento das Atividades	15%		
Manutenções Preventiva e Corretiva Efetuadas	25%		
Qualificação Profissional	20%		
Uniformes e Identificação	10%		
Equipamentos e Acessórios	30%		
Total			

Grupo 2 – Desempenho das Atividades	**Peso (a)**	**Nota (b)**	**Subtotal (c=a x b)**
Especificação Técnica dos Serviços	10%		
Instalação/Mudança do local dos equipamentos	5%		
Eficiência do Sistema	50%		
Atendimento da Central de Monitoramento	10%		
Atendimento às Ocorrências	25%		
Total			

Grupo 3 – Gerenciamento	**Peso (a)**	**Nota (b)**	**Subtotal (c=a x b)**
Periodicidade da Supervisão	15%		
Entrega de Memorial Descritivo, Diagrama de Instalação e *As Builts*	10%		
Gerenciamento das Atividades Operacionais	25%		
Atendimento às Solicitações	25%		
Salários, Benefícios e Obrigações Trabalhistas	25%		
Total			

NOTA FINAL (somatório das notas totais para os Grupos 1, 2 e 3)	

Nota Final:	Assinatura do Responsável pela Fiscalização:	Assinatura do Gestor do Contrato:	Assinatura do Responsável da Contratada:

SFPCAP20221264993A

Autenticado com senha por CLEYTON FELIX FERREIRA - DIRETOR TÉCNICO DE SERVIÇO DA FAZENDA ESTADUAL / 97826 - 01/12/2022 às 15:56:46.
Documento Nº: 58878443-7588 - consulta à autenticidade em
https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=58878443-7588

Governo do Estado de São Paulo
646

INSTRUÇÕES PARA O PREENCHIMENTO DO FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO DE QUALIDADE DOS SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA ELETRÔNICA (ANEXO VI.2 DO EDITAL)

Os itens devem ser avaliados segundo os critérios abaixo.
Para cada item que não possa ser avaliado no momento, considerar "ITEM NÃO AVALIADO" e anexar justificativa.

Grupo 1 - Desempenho Profissional	**Notas: Realizado (3); Parcialmente Realizado (1); Não Realizado (0)**
Cumprimento das Atividades	• Cumprimento das atividades definidas nas especificações técnicas dos serviços especificados; • Comunicação à área de segurança do Contratante de todo acontecimento entendido como irregular e que atente contra seu patrimônio; • Comunicação imediata ao Gestor do Contrato de qualquer anormalidade verificada por meio do sistema de vigilância eletrônica e monitoramento remoto, inclusive de ordem funcional, adotando as providências de regularização necessárias, assim como todo e qualquer acontecimento entendido como irregular e que atente contra o patrimônio do Contratante; • Execução dos serviços de vigilância eletrônica, mesmo quando ocorrerem mudanças de locais a serem monitorados, durante a vigência do contrato, desde que esses se localizem dentro da área pertencente à área de cobertura prevista; e • Adoção dos procedimentos contratuais em face das ocorrências, estabelecendo providências adequadas a cada caso, tais como violação de ambientes, intrusão, movimentação do intruso, abordagem, senhas e contrassenhas, entre outros.
Manutenções Preventiva e Corretiva Efetuadas	• Manutenções preventiva e corretiva efetuadas nas frequências descritas de acordo com o tipo de equipamento e descrição nas Especificações Técnicas.
Qualificação Profissional	• Qualificação e habilitação da mão de obra disponibilizada pela Contratada, em especial dos profissionais que compõem a equipe técnica de execução dos trabalhos de elaboração de projeto, execução, instalação e manutenção corretiva de sistemas de

SFPCAP20221264993A

Autenticado com senha por CLEYTON FELIX FERREIRA - DIRETOR TÉCNICO DE SERVIÇO DA FAZENDA ESTADUAL / 97826 - 01/12/2022 às 15:56:46.
Documento Nº: 58878443-7588 - consulta à autenticidade em
https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=58878443-7588

Governo do Estado de São Paulo
647

Grupo 1 - Desempenho Profissional	Notas: Realizado (3); Parcialmente Realizado (1); Não Realizado (0)
	segurança e dos equipamentos eletroeletrônicos; • Disponibilização de equipe operacional preparada para o atendimento a qualquer funcionário ou preposto autorizado do Contratante, procedendo à sua identificação, verificando sua necessidade e apresentando soluções e/ou encaminhamentos; • Disponibilização de Responsável Técnico pelos serviços de elaboração de projeto, execução, instalação e manutenção de sistemas de segurança e dos equipamentos eletroeletrônicos (Engenheiro com habilitação legal na especialidade e experiência na função específica); e • Treinamento pela Contratada dos usuários dos sistemas eletrônicos, capacitando-os na correta utilização dos mesmos.
Uniformes e Identificação	• Identificação dos profissionais (crachá) e uso de uniformes em bom estado de conservação; e • Uniformes e equipamentos de proteção individual adequados às tarefas que executam.
Equipamentos e Acessórios	• Equipamentos e Acessórios novos no início do contrato, apresentando perfeita funcionalidade, de acordo com o contrato; e • Entrega dos manuais dos equipamentos e acessórios especificados no contrato.

Grupo 2 – Desempenho das Atividades	Notas: Realizado (3); Parcialmente Realizado (1); Não Realizado (0)
Especificação Técnica dos Serviços	• Conformidade dos serviços prestados com o especificado no contrato
Instalação / mudança do local dos equipamentos	• Atendimento dos prazos estabelecidos para instalação / mudança de local dos equipamentos.
Eficiência do sistema	• Atendimento do sistema quanto às necessidades em termos de segurança das instalações. • Manutenção técnica preventiva/corretiva nos padrões solicitados para a continuidade e disponibilidade dos serviços; e • Restabelecimento do sistema de acordo com especificações técnicas, inclusive em horários noturnos, aos sábados, domingos e feriados.
Atendimento da Central de	• Atendimento das solicitações do Contratante

SFPCAP202212649934

Autenticado com senha por CLEYTON FELIX FERREIRA - DIRETOR TÉCNICO DE SERVIÇO DA FAZENDA ESTADUAL / 97826 - 01/12/2022 às 15:56:46.
Documento Nº: 58878443-7588 - consulta à autenticidade em
https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=58878443-7588

Governo do Estado de São Paulo
648

Grupo 2 – Desempenho das Atividades	**Notas: Realizado (3); Parcialmente Realizado (1); Não Realizado (0)**
Monitoramento	por parte da Central de Monitoramento nos prazos estabelecidos e acordados; • Observância da Ficha de Monitoramento em relação aos procedimentos que estabelecem com o Contratante a operação personalizada para cada evento monitorado, senha e contrassenha, condições para envio de serviço de vistoria ao local para a verificação do sistema instalado, visando constatar ser ou não um evento real; • Disponibilização de nível de segurança compatível com a importância da atividade, a fim de que não haja interrupção dos serviços. Deve estar dotada, entre outros itens, por exemplo, de fonte de energia alternativa (gerador/ nobreak), pessoal treinado e qualificado e monitoramento de segurança; • Observância dos procedimentos detalhados e objetivos para tratamento de ocorrências com seus profissionais treinados nos mesmos procedimentos; • Disponibilização de Operador de Monitoramento Remoto da Contratada, que deve identificar o local de origem e avaliar o sinal de alarme, verificando, por meio de senhas e contrassenhas, se se trata de uma ocorrência real ou alarme falso; • A partir da checagem de eventos efetuada, tomar as providências previstas, tais como rondas virtuais ou o acionamento do serviço de Pronta Resposta, na forma prevista em contrato; e • Acompanhamento em conjunto com a área técnica de eventuais problemas e/ou dificuldades de comunicação com os sistemas instalados.
Atendimento às ocorrências	• Atendimento das ocorrências dentro do prazo máximo estabelecido em contrato e na qualidade desejada.

Grupo 3 – Gerenciamento	**Notas: Realizado (3); Parcialmente Realizado (1); Não Realizado (0)**
Periodicidade da Supervisão	• Execução de supervisão por parte da contratada e na periodicidade acordada
Entrega de	• Entrega de memorial descritivo, diagrama de instalação e *As Built*

SFPCAP20221264993A

Autenticado com senha por CLEYTON FELIX FERREIRA - DIRETOR TÉCNICO DE SERVIÇO DA FAZENDA ESTADUAL / 97826 - 01/12/2022 às 15:56:46.
Documento Nº: 58878443-7588 - consulta à autenticidade em
https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=58878443-7588

<table>
<tr><td>Memorial Descritivo, Diagrama de Instalação e As Built</td><td>conforme complexidade do sistema;
• Sistema Básico = Memorial Descritivo + Catálogo em Português + Diagrama de Instalação; e
• Sistema Avançado = Memorial Descritivo + Catálogo em _Português + Diagrama de Instalação + As Built.</td></tr>
<tr><td>Gerenciamento das Atividades Operacionais</td><td>• Administração das atividades operacionais</td></tr>
<tr><td>Atendimento às Solicitações</td><td>• Atendimento às solicitações do Contratante conforme condições estabelecidas no contrato</td></tr>
<tr><td>Salários, Benefícios e Obrigações Trabalhistas</td><td>
<table>
<tr><th>Comprovação do cumprimento das obrigações trabalhistas por parte da Contratada: DOCUMENTOS</th><th>INÍCIO DA PRES-TAÇÃO</th><th>ALTERAÇÃO NO QUADRO DE EMPREGA-DOS</th><th>COMPRO - VAÇÃO ANUAL</th><th>COMPRO - VAÇÃO MENSAL</th></tr>
<tr><td>Contrato de trabalho</td><td>X</td><td>X</td><td></td><td></td></tr>
<tr><td>Convenção/ Acordo/ Sentenças normativas</td><td>X</td><td></td><td>X</td><td></td></tr>
<tr><td>Registro empregado (livro com número de registro e da CTPS)</td><td>X</td><td>X</td><td></td><td></td></tr>
<tr><td>RAIS</td><td>X</td><td></td><td>X</td><td></td></tr>
<tr><td>Folha de pagamento (férias, 13º salário, recolhimento previdenciário, vale-transporte, vale-refeição, cesta básica, assistência médica e hospitalar, auxílio-funeral e seguro de vida que estejam</td><td>X</td><td></td><td></td><td>X</td></tr>
</table>
</td></tr>
</table>

SFPCAP20221264993A

Autenticado com senha por CLEYTON FELIX FERREIRA - DIRETOR TÉCNICO DE SERVIÇO DA FAZENDA ESTADUAL / 97826 - 01/12/2022 às 15:56:46.
Documento Nº: 58878443-7588 - consulta à autenticidade em
https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=58878443-7588

Governo do Estado de São Paulo
650

	previstos na legislação, convenção, acordo coletivo de trabalho ou sentença normativa aplicável)				

Havendo a rescisão de Contrato de Trabalho de um profissional sob este contrato e substituição por outro, a Contratada se obriga a apresentar, em relação ao empregado cujo contrato se extinguir, os seguintes documentos:
-Termo de Rescisão de Contrato de Trabalho nos termos da legislação em vigor;
-Documento de concessão de Aviso-Prévio trabalhado ou indenizado;
-Recibo de entrega da Comunicação de Dispensa e do Requerimento de Seguro-Desemprego;
-Guia de Recolhimento Rescisório do FGTS em que conste o recolhimento do FGTS nos casos em que o trabalhador foi dispensado sem justa causa ou em caso de extinção do contrato por prazo indeterminado; e
-Cópia do Atestado de Saúde Ocupacional (ASO) comprovando a realização de exame médico demissional.

SFPCAP20221264993A

Autenticado com senha por CLEYTON FELIX FERREIRA - DIRETOR TÉCNICO DE SERVIÇO DA FAZENDA ESTADUAL / 97826 - 01/12/2022 às 15:56:46.
Documento Nº: 58878443-7588 - consulta à autenticidade em
https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=58878443-7588

Governo do Estado de São Paulo 651

Governo do Estado de São Paulo 468

PIRES TECNOLOGIA E SERVIÇOS

A
SECRETARIA DA FAZENDA E PLANEJAMENTO
COORDENADORIA DE TECNOLOGIA E ADMINISTRAÇAO – CTA
DEPARTAMENTO DE SUPRIMENTOS E INFRAESTRUTURA - DSI

REF.
EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO **NC** n° **23/2022**
PROCESSO SPOG-PRC-**2021/00013** - OC N° **530110000012022OC00004**

ANEXO II – PROPOSTA

Eu, Michele de Carvalho Moreira, portador do RG nº 41.964.815-X e do CPF nº 359.054.068-04, na condição de representante legal da empresa PIRES TECNOLOGIA E SERVIÇOS LTDA, interessado em participar do Pregão Eletrônico NC nº 23/2022, Processo SPOG – PRC 2021/00013, apesenta sua proposta de preços em conformidade ao item 3 e demais do edital:

Subgrupo	Código do Serviço		Qtde.	Valor Mensal	Valor Total Mensal
I. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONTROLE DE ACESSO - CATRACAS					
Locação de Catracas	I.1.1.02.L	02 (duas) catracas pedestal com leitores de proximidade com cofre coletor de cartões para visitantes	2	R$ 165,90	R$ 331,80
	I.1.1.07.L	Portinhola de acesso para cadeirantes e fechamentos	1	R$ 25,00	R$ 25,00
I.4 - PRESTAÇÃO DE CONTROLE DE ACESSO – CARTÕES					
Locação de Cartões	I.4.1.01.L	400 cartões de acesso	400	R$ 0,02	R$ 8,00
I.5 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONTROLE DE FUNCIONÁRIOS/VISITANTES					
Locação de Dispositivos de Controle	I.5.1.01.L	01 (uma) estação de trabalho para cadastro de funcionários/visitantes	1	R$ 115,00	R$ 115,00
I.6 - PRESTAÇÃO DE CENTRAL/SERVIDOR DE CONTROLE DE ACESSO					
Locação de Central de acesso e software	I.6.1.01.L	01 (um) servidor para software de controle de acesso	1	R$ 159,00	R$ 159,00
	I.6.1.02.L	01 (um) software de controle de acesso	1	R$ 64,00	R$ 64,00
II.3 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LOCAÇÃO DE CENTRAL DE MONITORAMENTO LOCAL – SISTEMA/IP					
Locação de central de monitoramento local – Sistema/IP	II.3.1.01.L	NVR Base PC	1	R$ 150,00	R$ 150,00
Locação de software e licenças de gerenciamento de imagens para sistema IP de CFTV	II.3.2.01.L	Software de visualização, gravação e gerenciamento de 8 câmeras	1	R$ 29,90	R$ 29,90
	II.3.2.02.L	Licença/pak – expansão para visualização, gravação e gerenciamento de 8 câmeras	1	R$ 10,10	R$ 10,10
II.4 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE CENTRAL DE MONITORAMENTO REMOTO DE CFTV					
Locação de central de monitoramento remoto de CFTV convencional ou IP	II.4.1.01.L	Central de monitoramento remoto para CFTV	1	R$ 150,00	R$ 150,00

SFPCAP2022970553A

Autenticado com senha por CRISTIANE SOUZA DE OLIVEIRA - ASSESSOR DE APOIO FAZENDÁRIO II / 23673 - 16/09/2022 às 15:15:44.
Documento Nº: 52698427-7588 - consulta à autenticidade em
https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=52698427-7588

SIGA

SFPCAP20221264993A

Autenticado com senha por CLEYTON FELIX FERREIRA - DIRETOR TÉCNICO DE SERVIÇO DA FAZENDA ESTADUAL / 97826 - 01/12/2022 às 15:56:46.
Documento Nº: 58878443-7588 - consulta à autenticidade em
https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=58878443-7588

Governo do Estado de São Paulo 652

Governo do Estado de São Paulo 469

PIRES TECNOLOGIA E SERVIÇOS

II.5 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ACESSÓRIOS, CONVERSORES E DISPOSITIVOS PARA CFTV CONVENCIONAL (DIGITAL) / SISTEMA IP					
Locação de dispositivos de controle de funcionários/visitantes	II.5.1.01.L	01 (uma) TV LCD ou LED 42"	1	R$ 35,00	R$ 35,00
	II.5.1.04.L	01 (um) nobreak	1	R$ 13,00	R$ 13,00
II.7 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS					
Locação de câmera – IP 1MP	II.7.1.1.L	Câmera dome com IR – lente fixa – IP 1MP	5	R$ 4,90	R$ 24,50
	II.7.1.2.L	Câmera bullet com IR – lente fixa – IP 1MP	1	R$ 3,90	R$ 3,90
I.8 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUITENÇÃO DE CONTROLE DE ACESSO					
Manutenção de Catracas, Cancelas, Portas e Sistema Base Web	I.8.1.01.M	Manutenção de sistema de controle de acesso – catracas, cancelas e portas	1	R$ 120,80	R$ 120,80
II.10 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE CFTV					
Manutenção de CFTV Convencional, IP e IP-PoE	II.10.1.03.M	Manutenção de sistema de CFTV-IP com 16 câmeras	1	R$ 130,00	R$ 130,00

TOTAL MENSAL	R$ 1.370,00
TOTAL CONTRATUAL 30 (TRINTA) MESES	R$ 41.100,00

Valor Mensal: R$ 1.370,00 (um mil trezentos e setenta reais).

Valor Contratual 30 (trinta) meses: R$ 41.100,00 (quarenta e um mil e cem reais).

Mês de referência. Janeiro/2021, que será considerado como o mês de referência de preços.

Validade da proposta. 60 (sessenta) dias contados a partir da data de sua apresentação.

Declaramos que os preços contidos na proposta incluem todos os custos e despesas, e outros necessários ao cumprimento integral do objeto deste Edital e seus Anexos.

São Paulo, 16 de setembro de 2022

Michele de C. Moreira

PIRES TECNOLOGIA E SERVIÇOS LTDA
MICHELE DE CARVALHO MOREIRA
CPF/MF sob o nº 359.054.068--04

SFPCAP202297055JA

Autenticado com senha por CRISTIANE SOUZA DE OLIVEIRA - ASSESSOR DE APOIO FAZENDÁRIO II / 23673 - 16/09/2022 às 15:15:44.
Documento Nº: 52698427-7588 - consulta à autenticidade em
https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=52698427-7588

SFPCAP202212649934

Autenticado com senha por CLEYTON FELIX FERREIRA - DIRETOR TÉCNICO DE SERVIÇO DA FAZENDA ESTADUAL / 97826 - 01/12/2022 às 15:56:46.
Documento Nº: 58878443-7588 - consulta à autenticidade em
https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=58878443-7588

Governo do Estado de São Paulo
653

TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO

CONTRATANTE: **DEPARTAMENTO DE PERÍCIAS MÉDICAS DO ESTADO**
CONTRATADO: **PIRES TECNOLOGIA E SERVIÇOS LTDA.**
CONTRATO Nº (DE ORIGEM): **34235-SAAC-00178-2022**
OBJETO: **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA ELETRÔNICA**

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. **Estamos CIENTES de que:**

a) o ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;

b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;

c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;

d) as informações pessoais dos responsáveis pela contratante estão cadastradas no módulo eletrônico do "Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP", nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº01/2020, conforme "Declaração(ões) de Atualização Cadastral" anexa (s);

e) é de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.

2. **Damo-nos por NOTIFICADOS para:**

a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;

b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

LOCAL e DATA: 6 **de** dezembro **de 2022.**

AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE:
Nome: **NELSON LUIZ BAETA NEVES FILHO**
Cargo: Secretário de Orçamento e Gestão
CPF: 074.067.718-78

RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME OU RATIFICAÇÃO DA DISPENSA/INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:
Nome: **BARTYRA CÂMARA GOMES**
Cargo: Diretora Técnica De Saúde III
CPF: 253.084.738-03

Assinatura: _____

SFPCAP20221264993A

Autenticado com senha por CLEYTON FELIX FERREIRA - DIRETOR TÉCNICO DE SERVIÇO DA FAZENDA ESTADUAL / 97826 - 01/12/2022 às 15:56:46.
Documento Nº: 58878443-7588 - consulta à autenticidade em
https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=58878443-7588

RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:

Pelo contratante:
Nome: **BARTYRA CÂMARA GOMES**
Cargo: Diretora Técnica De Saúde III
CPF: 253.084.738-03

Assinatura: _____

Pela contratada:
Nome: **MICHELE DE CARVALHO MOREIRA**
Cargo: Proprietária
CPF: 359.054.068-04

Assinatura: Michele de C. Moreira

ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE:
Nome: **BARTYRA CÂMARA GOMES**
Cargo: Diretora Técnica De Saúde III
CPF: 253.084.738-03

Assinatura: _____

GESTOR(ES) DO CONTRATO:
Nome: **RÉGIS CASTILHO MARTINS**
Cargo: Assessor Técnico IV
CPF: 844.142.868-91

REGIS CASTILHO MARTINS:84414286891
Assinado de forma digital por REGIS CASTILHO MARTINS:84414286891
Dados: 2022.10.03 18:16:15 -03'00'

Assinatura: _____

DEMAIS RESPONSÁVEIS (*):
Tipo de ato sob sua responsabilidade:
Nome:
Cargo:
CPF:

Assinatura: _____

SFPCAP2022126500 7A

Autenticado com senha por CLEYTON FELIX FERREIRA - DIRETOR TÉCNICO DE SERVIÇO DA FAZENDA ESTADUAL / 97826 - 01/12/2022 às 15:57:20.
Documento Nº: 58878527-7588 - consulta à autenticidade em
https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=58878527-7588

SIGA